



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 04 DE NOVEMBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos. Com a presença da Vereadora Soninha Francine, e com este Vereador presidindo a Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública que a Comissão realiza em 2019. Esta é a primeira audiência pública temática sobre o PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020, que tratará dos temas educação e esportes.

Informo também que o calendário de audiências públicas sobre o Orçamento 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 18/10; em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, nos dias 17, 23 e 31/10, e *Folha de S.Paulo*, nos dias 18 e 24/10 e 1º/11, além de disponibilizarmos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda. Informo também que as demandas podem ser apresentadas em formulário, a ser retirado junto à secretaria da nossa Comissão, aqui ao lado, ou no endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020, no link “Dê a sua sugestão”.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Bruno Caetano, Secretário Municipal de Educação; Carlos Alberto de Quadros Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Esportes, neste ato representado pelo Sr. Décio Matos, Chefe de Gabinete do Secretário – os quais convido para compor a Mesa; e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Informo também que enviamos ofícios a todas as Secretarias e Subprefeituras constantes do calendário oficial de audiências, convidando-as a participar de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, relativo ao Orçamento 2020.

Convido também para compor a Mesa o Sr. Fabiano Martins de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento Municipal.

Informo que todos os que queiram fazer uso da palavra durante esta audiência pública dirijam-se à mesa de inscrições, à direita. Além de as pessoas poderem deixar contribuições verbais, estas devem ser deixadas também no documento do protocolo

disponível, que é o que será incorporado depois pela nossa relatoria, pelo nosso grupo de trabalho.

Abriremos a palavra primeiro para os componentes da Mesa, para que possam fazer uma exposição inicial, de 5 a 10 minutos cada um. Em seguida, abriremos a palavra ao público. Como temos, na Mesa, representação da Secretaria Municipal de Esportes e da Secretaria Municipal de Educação, as perguntas poderão ser dirigidas independentemente da ordem, porque as duas representações estão aqui atentas para dialogar com o público.

Lembro a todos os presentes que este debate que promovemos, referente às audiências públicas da Lei do Orçamento 2020, totalizam 24 encontros, 24 audiências públicas, sendo 14 delas externas à Câmara Municipal e 10, realizadas na Câmara Municipal. Já realizamos algumas audiências, tanto internas como externas. Na semana retrasada, estivemos na região de Lajeado, Guaianases, Itaim Paulista; na anterior, estivemos na região de Pinheiros, Lapa, Butantã para fazer um debate sobre o Orçamento e as questões públicas referentes a essas três subprefeituras. No próximo sábado, teremos a quarta audiência pública regional no CEU Jaçanã, na parte da manhã, envolvendo as subprefeituras de Jaçanã, Vila Maria e Santana-Tucuruvi; e na parte da tarde faremos a quinta audiência pública regional, na Arena Corinthians, envolvendo as subprefeituras de Itaquera, Penha e Ermelino Matarazzo. No dia 6, na quarta-feira desta semana, às 10h30min, na Câmara Municipal, no Auditório Prestes Maia, acontecerá a terceira audiência pública temática de Subprefeituras e Obras, envolvendo: Secretaria Municipal das Subprefeituras, Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SP Obras, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Fundo de Desenvolvimento Urbano. E no dia 7, quinta-feira, no Plenário 1º de Maio, nesta Câmara Municipal, haverá a quarta audiência pública temática, com os seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Hospital do Servidor Público Municipal e Serviço Funerário. Essa é a agenda da semana, referente às audiências públicas da LOA 2020.

Cumprimento todos os presentes e a Vereadora Soninha Francine, a quem passo a

palavra para suas considerações iniciais.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, vou deixar os Secretários fazerem suas apresentações e a população inscrever-se para a audiência pública; depois me manifestarei. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Convido o Vereador Senival Moura para compor a Mesa. Inicialmente, passo a palavra para o Secretário Municipal de Educação, Sr. Bruno Caetano.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. BRUNO CAETANO – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores presentes; bom dia, colegas da Prefeitura: da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Esportes, e cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão. Quero dizer que para mim é motivo de muita satisfação estar aqui hoje na Câmara Municipal de São Paulo, até porque passei alguns anos da minha vida, Presidente, nesta Casa, acompanhando exatamente o Orçamento da Cidade. Comecei minha trajetória na área pública em 1997, com o Vereador Nelson Proença, depois com o Vereador Ricardo Montoro, e sempre com um trabalho técnico de acompanhamento do Orçamento da Cidade.

Eu me lembro de uma época de debates acalorados, com o saudoso Police, pai do Vereador José Police Neto, que era o Assessor Geral do Orçamento. Vejo hoje aqui o Norberto, que foi um dos colegas que acompanhava também a questão orçamentária. Hoje voltar à Câmara Municipal para discutir exatamente o Orçamento me faz ter boas memórias desta Casa e, antes de qualquer coisa, um profundo respeito ao trabalho dos Vereadores em relação ao acompanhamento público do Orçamento. Com isso, cumprimento todos os presentes, representantes da sociedade civil, munícipes que têm interesse nos temas da educação e do esporte, e espero que tenhamos hoje um debate bastante profícuo e interessante, e que possamos esclarecer as dúvidas que eventualmente vocês tenham sobre o Orçamento da Cidade, especialmente no caso da nossa pasta, da Educação.

Preparei uma apresentação sumaríssima sobre os grandes números da Educação

na Cidade, levando em consideração que nós hoje fazemos uma apresentação relativa aos números da Secretaria de Educação. Lembro que, para efeito do cumprimento da vinculação, que na cidade de São Paulo divide-se em educação, manutenção e desenvolvimento do ensino, 25%, e educação inclusiva, que eleva esse percentual para 31%, essas vinculações extrapolam o Orçamento da Secretaria de Educação. Existem outras despesas previstas, que são enquadradas como educação, manutenção e desenvolvimento do ensino e também educação inclusiva, que não estão exatamente vinculadas à pasta da Secretaria Municipal de Educação. De toda forma, na própria proposta orçamentária, há um balancete, há uma indicação de como os recursos para essas duas vinculações – seja a vinculação estrita, seja a vinculação exclusiva – serão empregados na proposta orçamentária encaminhada a esta Casa pelo Prefeito.

Antes de fazer a apresentação, talvez uma consideração inicial importante. Nós cuidamos para que, além de Orçamento geral da Secretaria estivesse contemplado de maneira satisfatória, levando em conta as indicações feitas pela Secretaria da Fazenda no que diz respeito às receitas da Cidade para o ano de 2020, fizemos também questão de contemplar, de maneira cuidadosa e precisa, o Orçamento e as despesas previstas para execução do Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo e também do Programa de Educação, no Plano Municipal de Educação.

Nós aqui garantimos recursos na proposta orçamentária para projetos e atividades que dizem respeito à ampliação de vagas em creches na cidade de São Paulo, lembrando que o Plano de Metas da Prefeitura, ratificado em um acordo judicial, dá conta de uma ampliação de mais 35 mil vagas no ano de 2019-2020, nesse biênio, e os recursos para ampliação no ano que vem estão contemplados no Orçamento.

Também contemplados na proposta orçamentária, recursos para a implementação do Currículo da Cidade; para ampliação do Programa Minha Biblioteca, que também consta do Plano de Metas da Prefeitura; e para implementação também da fase 2 do Programa Leve Leite, absolutamente contemplado no Orçamento do ano que vem. Outros itens que dizem

respeito ao Plano de Metas, como a garantia da alfabetização de 95% dos estudantes no ensino fundamental, para que atinjam um nível adequado de proficiência na Prova Brasil; também uma atividade contemplada na proposta orçamentária do próximo ano. Promoção de avaliações externas também consta do Plano de Metas e está contemplada na lei orçamentária do próximo ano.

Reforma e adequação das nossas escolas. São 1.150 unidades que devem ser reformadas ao longo desses quatro anos de gestão, e com recursos designados também para o próximo ano, assim como o término da construção dos 12 centros de educação unificados – CEUs; também contam com recursos indicados na proposta orçamentária para 2020, bem como a implementação do Programa Escola Digital notadamente com a promoção de internet rápida nas nossas escolas, também com equipamentos para que o professor possa se valer na sala de aula desse novo recurso.

De forma geral, essas são as prioridades contempladas no orçamento, sem prejuízo da manutenção das demais atividades já constantes do programa do Prefeito Bruno Covas, ao longo desses últimos três anos. Levando em conta que a gente tem na tela, agora, a distribuição do orçamento da Secretaria de Educação entre pessoal, benefícios e atividade; algo como 55% dos recursos da Secretaria são consumidos com o pessoal, e com atividade cerca de 44%. O projeto 1,49 é basicamente a construção de creches, de CEIs, também o término da construção dos 12 CEUs que já mencionei.

Na próxima tela, destacamos a distribuição dos recursos previstos para a Secretaria de Educação nos próximos anos. Aqui revela que a maior parte dos recursos vem do tesouro municipal, mais de 60% da nossa fonte é municipal; 34%, para arredondar, são recursos do Fundeb e transferências federais que devem chegar a casa de 5%.

Na próxima tela, temos a distribuição das principais atividades encampadas no orçamento do ano de 2020. Como principal item das atividades, temos os convênios e as parcerias, trazemos a manutenção da nossa rede parceira no ensino infantil, especialmente nos CEIs, com quase 47% das despesas classificadas como atividade nesse grupo de dotação

e assim por diante. Creio que não convém ficar passando item por item. Estou fazendo uma primeira passagem dos grandes números da Secretaria.

Na próxima tela, daremos o detalhamento dos projetos. Falamos anteriormente das atividades, aqui dos projetos. Já antecipei que, dos investimentos previstos para o próximo ano, classificados como projetos, a maior parte deles será consumida com a construção dos 12 centros de educação unificados. Na verdade, é a finalização desses 12 que vêm recebendo recursos ao longo dos orçamentos anteriores, especialmente do ano de 2019, do ano vigente, para o próximo ano deveremos finalizar a construção e entregar esses 12 CEUs. O restante deve ser consumido, principalmente, com a construção de novos CEIs.

A distribuição das despesas, por unidade, maior parte dessas despesas está alocada no gabinete da Secretaria. Mais de 70% dessas despesas alocadas no gabinete do Secretário e as demais despesas dentro das diretorias regionais do ensino e também na parte de coordenação da alimentação escolar, nossa área que cuida da merenda.

Acabamos. Trouxemos aqui o total para finalizar essa brevíssima apresentação. Nós temos uma receita estima de quase 45 bilhões de reais, para efeito da apuração do limite constitucional de 25%, devemos ter uma aplicação de 11,7 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Secretário, para solicitar que quem estiver operando o telão que mude.

O SR. BRUNO CAETANO - Estou só fazendo uma leitura final dos grandes números.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está no CEU ali.

O SR. BRUNO CAETANO - Isso.

São 44,7 bilhões de reais, total de receitas estimadas no orçamento do próximo ano, para a Cidade toda. A vinculação, 25% deve consumir 11,7 bilhões, o que a gente deve, portanto, investir no próximo ano mais do que 25%. Na proposta orçamentária o valor é de 26,15 - 1,15% acima do mínimo constitucional. Quando gente insere as despesas com a educação inclusiva esse valor sobre para mais de 17 bilhões de reais, indicando que, do total

das receitas resultantes de impostos, para o ano de 2020, quase 40% deve ser consumido com educação, em números precisos, 38,4.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, esses eram os principais números que eu tinha para apresentar, fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Bruno Caetano.

Antes de passar a palavra para o Sr. Décio Matos, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Esportes, quero mostrar para os senhores que esta é a ficha da demanda. As pessoas que forem fazer uso da palavra também devem preencher a ficha da demanda, deixar com a nossa secretaria, pois faremos uma análise posterior.

Tem a palavra o Sr. Décio Matos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. DÉCIO MATOS - Bom dia a todos e a todas. Trago uma sucinta apresentação dos números da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite, a oportunidade que os Vereadores Alessandro Guedes, Soninha Francine, Senival Moura, todos os colegas da Câmara Municipal e ao Secretário Bruno Caetano.

Estou aqui hoje representando o Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Carlos Bezerra, que, por motivos médicos, não pôde comparecer nesta manhã.

Por força de ofício, sou o responsável perante à Secretaria pelas questões de planejamento financeiro e orçamentário da pasta.

De forma bastante sucinta, quero apresentar alguns números para vocês daquilo que está proposto na Lei Orçamentária Municipal. Vou abrir pelo meu celular, só para fazer alguma referência e explicar para vocês, de maneira bastante breve, o nosso orçamento e a proposta para o ano de 2020.

Estamos apresentando a natureza das despesas, como podem ver temos a previsão total orçamentária no valor de 170,818 milhões de reais, dos quais a natureza da

despesa, a gente tem um montante de 57,5 milhões de reais destinados a custo de pessoal. De maneira explicativa, são os gastos relacionados especialmente à folha de pagamento do pessoal, transporte e auxílio-refeição.

Na sequência, seguem os contratos continuados e a manutenção das unidades. O segundo maior consumo hoje está relacionado aos nossos contratos de manutenção, no valor de 84,584 milhões de reais. Trata-se dos serviços continuados nas áreas de vigilância, monitoramento aquático, serviços de limpeza e demais serviços concessionários para operação dos atendimentos dos equipamentos diretos.

Na sequência temos as áreas de parcerias e eventos, num montante de aproximadamente 6,5 milhões de reais, que são destinados dentro das áreas de desenvolvimento de programas de incentivo ao esporte e lazer, que é um investimento proposto dentro das áreas das atividades orientadas. São os valores destinados às parcerias, especialmente, aquelas que são executadas dentro dos programas de parcerias da Secretaria, ou seja, as atividades orientadas dos equipamentos diretos.

Dentro da natureza de projetos de transferências federais, que se tratam em tese, na grande maioria, na reforma de equipamentos indiretos; e dentro do programa de metas o valor de 8,8 milhões de reais relacionado especialmente à realização das edições do programa Rua da Gente e a revitalização de 33 clubes e centros esportivos. São os equipamentos sob administração da Secretaria de Esportes e Lazer.

Aqui tem um quadro também divisório, só para mostrar o fracionamento das despesas. Essa é a nossa previsão, ou seja, a divisão de pessoal, os contratos continuados, projetos e transferências federais, dentro dos programas de metas e as parcerias e eventos.

Aqui é a previsão do Fundo Municipal de Esporte para o ano de 2020, cujo recurso também é alimentado com a arrecadação do recolhimento dos recursos provenientes dos preços públicos, das utilizações e equipamentos esportivos. Então, esse recurso é alimentado mensalmente com a utilização desses equipamentos diretos e sofre uma variação mensal, a partir da arrecadação mensal e, mês a mês, subsequentemente, ele vai aumentando.

Como Programa de Metas, a previsão do montante de R\$ 8,8 milhões. Na verdade, está faltando uma pequena informação: a partir da repactuação, nós temos uma destinação de R\$ 25,5 milhões do Programa de Metas relacionados ao programa de revitalização dos equipamentos diretos, que serão aplicados nos clubes que hoje são administrados pela Seme cuja previsão orçamentária também está prevista para 2020.

Relembrando as duas metas ligadas diretamente à Secretaria, que é a Meta 17.1, referente à revitalização de 33 clubes sob gestão da Secretaria de Esportes e Lazer; e a realização de 330 edições do projeto Rua da Gente, um projeto que busca trazer descentralização de atividades culturais, esportivas, lúdicas, recreativas e de lazer por todo o território da Cidade, até dezembro de 2020.

Como acompanhamento à execução das metas, até o momento, são 136 eventos realizados e duas revitalizações concluídas, com a previsão de 14 até o final de 2019.

De maneira bastante sucinta e objetiva, esses são os macronúmeros da Secretaria e do programa orçamentário para 2020. E fico à disposição para algum esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Fabiano Martins Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria da Fazenda.

O SR. FABIANO MARTINS OLIVEIRA – Bom dia, Sr. Presidente, todos os representantes da Mesa, todos os presentes.

Trago as saudações do Secretário Felipe, e coloco a Secretaria da Fazenda à disposição para tirar todas as dúvidas que a gente puder, para contribuir com este debate. E vamos debater os assuntos que são temas desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Bom dia a todos. Agradecer a presença do Secretário Bruno Caetano, do Décio, representante do Governo, Vereadora Soninha, Vereador

Alessandro.

Ouvi algumas apresentações dos dois, mas eu quero, primeiro, se possível, falar um pouco sobre o orçamento da Secretaria de Esporte, porque do meu ponto de vista o esporte é fundamental também para a cidade de São Paulo, não diferente da educação, obviamente que a educação tem que ser tratada de uma forma especial; mas eu diria que o esporte também é muito importante, porque esporte é vida, é saúde pública, transforma pessoas, é qualidade de vida.

Por isso, é muito importante que o orçamento do esporte seja um orçamento que, à medida que o tempo passe, venha a melhorar, e não sofrendo um decréscimo, que é o caso da peça oferecida à cidade de São Paulo, que o Executivo oferece um decréscimo de R\$ 34 milhões. Não tenho dúvida de que isso trará um prejuízo a toda a comunidade da cidade de São Paulo, especialmente nas regiões periféricas, onde se pode aproveitar o fim de semana, para ter uma atividade esportiva, ter um lazer, para curtir, para se divertir, em qualquer segmento esportivo. E com essa redução de R\$ 34 milhões, eu entendo que é um prejuízo muito grande para a cidade de São Paulo.

Portanto, eu pediria ao Sr. Décio se poderia detalhar um pouco melhor, para que possamos entender a razão dessa redução do orçamento na área do esporte, onde sofrerão essas reduções.

Se pudesse abrir depois o orçamento, ficaria melhor para que entender. Vamos lá. “Desportivo comunitário”, tem aqui uma proposta de R\$ 107 milhões; então, R\$ 14 milhões, mais R\$ 107 milhões, vai para R\$ 121 milhões. De que forma será distribuído isso? Onde serão distribuídos esses recursos? Quais as prioridades que serão dadas nas regiões da cidade de São Paulo? Seria bacana, para a gente poder entender um pouco melhor.

“Manutenção e operação de equipamentos esportivos”, R\$ 89 milhões. Também seria prudente ter um relatório bem criterioso, descrevendo onde será investido, onde serão feitas essas manutenções, porque sabemos que tem diversos espaços esportivos por aí que estão deteriorados, jogados, por falta de recurso. A gente entende que o orçamento é pequeno

e que não dá conta de fazer tantas coisas, mas seria prudente que especificasse onde será investido esse recurso de manutenção.

Se puder fazer isso, eu agradeço. E acho que todos também querem agradecer, porque nós precisamos entender um pouco melhor sobre isso: de que forma o dinheiro público será distribuído na cidade de São Paulo, levando sempre em consideração as regiões que mais necessitam desses investimentos? Esse seria assim um ponto importante para esta audiência pública, até para a gente poder fazer esta discussão no plenário.

Há muitas praças esportivas que tem centenas ou, por vezes, milhares de crianças praticando esporte; e não só no esporte, mas também outras atividades esportivas que requerem também investimento por parte da municipalidade. E quando você apresenta uma peça orçamentária com decréscimo de 34 milhões, fica claro que não há nenhuma espécie de prioridade ao esporte na cidade de São Paulo. Acho muito ruim, não só para mim, presumo que para todos. É muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Senival Moura.

O primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, que pretende falar sobre os temas, mas que o fará em períodos separados.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, estimados munícipes; bom dia, Sr. Vereador Guedes, presidente desta Comissão; bom dia, Sr. Secretário da Educação Bruno Caetano; demais Vereadores; população presente.

Vou dividir a minha fala em duas partes, começando pela educação.

Primeiramente, lamentar que o Tribunal de Contas não publicou o famoso relatório que o Quadro 1013 discrimina, detalhadamente, todos os equipamentos educacionais. Portanto, a população de São Paulo não sabe quantas creches terminaram em 2018. Em 2017, diretas, foram 362; em 2018 estamos sem informação. É lamentável, é absurdo. É antitransparente o Tribunal de Contas ter essa postura de não publicar a famosa tabela de educação. Tabela que a ex-Vereadora Claudete conhece muito bem, uma tabela tradicional que traz mais transparência a esse tema.

Também é importante comemorar a saída do ex-Secretário Alexandre Schneider. Com certeza, um dos piores secretários da história. E a cidade de São Paulo se alivia em ter esse senhor fora da Secretaria da Educação – tomara que para sempre.

Em relação às demandas.

Fornecimento de uniforme e material escolar à Educação Infantil: foram aprovados 50 milhões, e foi executado somente um milhão. Por que se executou tão pouco em uniforme e material escolar na educação infantil?

Situação pior é no ensino fundamental: uniforme e material escolar, Dotação 2816, com 75 milhões aprovados, e 2 milhões executados. Por que tão pouca a execução nesse assunto tão emergencial?

Conservação e manutenção do segundo escalão de unidades educacionais dos CEUs. Foram aprovados 20 milhões este ano, e nada foi executado nos nove primeiros meses.

Por que os CEUs não estão tendo, infelizmente, o destaque que eles merecem? O atraso nas obras desses 12 CEUs novos mostra isso: que não está se dando a devida importância aos Centros Educacionais Unificados.

Ações e materiais de apoio didático, pedagógico e educacional: 40 milhões; 3 milhões executados, algo irrisório. Num assunto importante como esse, executarem, em nove meses, apenas 3 milhões nessa dotação 2831.

Também surpreende a Dotação FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –, com 16 milhões aprovados, e zero executado. Será que o dinheiro não veio de Brasília? Gostaria de uma explicação a respeito disso.

Também estão zeradas as dotações para o segundo escalão infantil e fundamental.

Para encerrar, a questão das construções.

Construção de creche: executado, 10%. Será que a população vai continuar a ficar sem as creches? No plano para o ano que vem, tem apenas uma creche prevista. Está correto isso? É justo com as mães paulistanas uma creche por ano?

EMEI é ainda pior: nada executado, de janeiro a setembro deste ano.

Em relação à EMEF, de 14 milhões, foram executados apenas 3 milhões.

Para terminar, uma questão bastante absurda em relação ao programa Leve Leite: 74 milhões aprovados, 25 milhões executados – não chega nem à metade. Com certeza, o péssimo governador João Doria, quando Prefeito, cortou mesmo o valor do Leve Leite. Ele não teve piedade das crianças ao cortar o Leve Leite. O orçamento mostra muito bem isso. Bem como a alimentação escolar, que não chegou nem à metade de sua execução.

Então, em suma, é isso daqui. Eu gostaria um pouco dessas explicações na área educacional de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Fábio Siqueira.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro Alves.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia à Mesa. Como todos sabem, sou de Itaquera e falo pelo idoso. Sou da região Cidade AE Carvalho e vim falar sobre esporte, cultura e educação.

Eu queria saber por que vocês não enxergam a Cidade AE Carvalho, o Águia de Haia e a Caetitu. Esqueceram que lá tem população vulnerável? Não há creche. Desde que atuo lá, só teve quatro creches.

Há um CEU, a diretora é espetacular, mas vocês não esqueçam o outro lado: será que depois que ficamos idosos, deixamos de existir? Vocês se enganam, porque os idosos votam. Outra: será que vocês estão preparados para trabalhar com a população idosa? Poucos têm um olhar para ela.

Fiquei afastada por seis meses depois da morte do meu filho, mas agora eu retornei, e vocês me aguentem. Já ouvi muito problema e atuo geral com o idoso, porque somos nós que sabemos das necessidades dos idosos. Só que, atrás de nós, está a família. Por isso, queria que vocês olhassem para o AE Carvalho, para o conjunto habitacional Águia de Haia e a Caetitu, porque, infelizmente, há muitos que usam aquelas criaturas em benefício próprio.

O esporte é necessário, é prevenção para evitar que essas crianças entrem para o mundo do crime. Sou aposentada, mas trabalhei na FEBEM por 19 anos, e os filhos e os netos dessas criaturas continuam lá. Estamos saturados sem ajuda de ninguém. Por isso, é bom vocês olharem, porque, enquanto eu estiver viva, vou defender a nossa população, que está esquecida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro.

Tem a palavra o Sr. Christian Sznick, do Sinesp.

O SR. CHRISTIAN SNICK – Caros Vereadores, Secretário de Educação, representantes das demais Secretarias, população presente, foram mostrados aqui um números da Secretaria Municipal de Educação, e o seu orçamento.

Como diretor de escola e nós do Sinesp, que representamos os gestores educacionais desta cidade, temos algumas indagações para vocês.

— Não ficou demonstrado aqui, mas acredito que deva ter nos números do Orçamento para conferência do Plano Municipal de Educação do ano que vem. Inicialmente, tinha sido solicitado e aprovado o valor de um milhão, mas foi reduzido para 800 mil. Esse plano é muito importante por valer por dez anos. Há alguns anos, o orçamento do último plano já era de um milhão. Passou-se o tempo, houve inflação, e o valor, que foi reduzido, muitas vezes, não pagaria nem o Anhembi.

Outra questão – e vejo que isso é questão de informação – é sobre uma lei municipal que não tem sido aplicada, a Bolsa Mestrado e Doutorado na Secretaria Municipal de Educação. Foi aprovada, mas, ano após ano, não é executada; fica, portando, só como um plano previsto, e isso realmente impacta.

Por fim, algo também muito importante: a questão do PTRF, que apareceu aqui. Ao longo dos anos, ele não tem tido tanto acréscimo no valor; teve um pequeno no ano passado, mas os repasses deste ano ainda estão com o mesmo valor em relação ao último do ano passado. Mas, com o decorrer dos anos, muda a taxa de inflação, renovam-se os reajustes e as coisas vão ficando realmente mais caras. No entanto, as unidades educacionais realmente

precisam do recurso.

Uma pessoa anterior a mim abordou a questão da manutenção. De fato, do terceiro escalão, muitas unidades precisam, pois nossa rede tem muitos prédios antigos. Como a rede municipal vai completar 85 anos no ano que vem, ainda há unidades dessa época e, das EMEF, a maioria dos prédios têm 60 a 80 anos; portanto, muito tempo de vida. Os prédios que vieram da Assistência Social e que hoje integram a nossa rede, os centros de educação infantil, também são, em sua maioria, muito antigos e dependem de manutenção e adequações.

Ouvimos aqui sobre construção de CEIs. Que seja, no entanto, unidades diretas, com servidores públicos municipais e não como vimos nos últimos anos, uma grande construção de unidades e conveniamento, com prédios muitos bons, com espaços realmente adequados à educação infantil, mas, desde o primeiro dia, entregues a unidades conveniadas. São chamados de parceiros, mas são convênios. Daí o nosso pedido para serem unidades totalmente públicas; recurso público para unidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Christian.

Tem a palavra a Sra. Aline Manetta, do Conselho Participativo da Freguesia do Ó e Brasilândia.

A SRA. ALINE MANETTA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Minha palavra vai diretamente para os representantes da Secretaria de Esportes e para a Secretaria de Educação, Sr. Bruno Caetano. Eu sou professora de Educação Física e pedagoga e faço parte da Comissão de Esportes do Conselho Participativo Municipal da Freguesia do Ó e Brasilândia.

A nossa região conta com mais de 400 mil pessoas, mas tempos poucos equipamentos esportivos; são aproximadamente 13 CDCs, nem todos em bom estado; tínhamos dois centros esportivos e temos dois CEUs. Segundo dados oficiais, a Brasilândia tem 1,7 equipamentos para cada cem mil habitantes e, segundo a própria Secretaria, estão numa área de grande vulnerabilidade social, sendo a segunda maior população de crianças de zero a seis anos de idade.

Poucos dos nossos CDCs vão além do futebol e futsal, e temos comunidades com aproximadamente 150 mil habitantes sem nenhum equipamento esportivo, como é o caso do Jardim Elisa Maria e região, Damasceno, Carumbé e Terezinha. Nessas regiões, o transporte é extremamente precário; não há metrô, poucos ônibus chegam até lá, e a maioria das pessoas não tem renda para sair de lá. Os equipamentos mais próximos precisam de, no mínimo, uma hora de caminhada, além de o acesso ser de extrema dificuldade.

O nosso Centro Esportivo Freguesia do Ó está sendo transformado em CEU e não entra no Plano de Metas de 2020, como o Secretário propôs. O que nos foi passado na audiência pública pelo Secretário de Finanças é que ele não vai ser entregue em 2020; apenas seria revitalizado o Clube Esportivo Oswaldo Brandão, que precisaria de uma reforma enorme devido aos problemas estruturais.

Temos uma proposta do Plano Regional 2016 para o CEU Elisa Maria, um equipamento que contemplaria essas outras regiões, mas ele não foi contemplado. Com isso, deixamos de ter um centro esportivo funcionando, quer seria o CEEFÓ, que está em obras, mas não será entregue, e a comunidade tem sofrido muito com isso.

Além disso, nós tivemos o Centro de Iniciação Esportiva, que era um projeto do Ministério do Esporte, e o próprio Ministério nos informou que não fomos contemplados por falta de licitação do Governo. Então, seria um projeto muito importante para a região e não fomos contemplados.

A Secretaria de Esportes não tem eventos para a região, a subprefeitura não tem verbas, temos falta de profissionais, o que acontece com as nossas crianças? Elas não têm onde praticar atividade física, então praticam as atividades nas escolas e a grande oportunidade delas de saírem do bairro eram as olimpíadas estudantis. Esse ano estamos numa grande briga com o Sr. Secretário, para ele assinar. Tem um plano que foi aprovado ano passado. A gente até entende a preocupação em cuidar das finanças do Município, mas as crianças estão perdendo demais. São mais de 100 mil crianças que estão ficando e não vai dar tempo de jogar esse ano.

Então, a gente pede para o Sr. Secretário, não é hora de barganha, nós precisamos desses jogos com urgência e o que pedimos para esta comissão é investimento para a Brasilândia, que é uma região extremamente carente e não tem orçamento, praticamente nenhum, para o esporte da região.

Então, é isso que o conselho tem para falar. Temos muitos projetos, quem quiser nos procurar depois, estamos à disposição para apresentar todos os estudos e respostas que a Secretaria de Esportes não nos deu.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Aline Manetta. Quero anunciar a presença do Vereador Jair Tatto, que já acompanha a nossa Mesa. Foi por alguns anos presidente desta comissão e hoje está nos prestigiando; e também o Vereador Eliseu Gabriel, que esteve presente e convido para fazer parte da Mesa, caso retorne.

O próximo inscrito é o Sr. Ricardo Bezerra.

O SR. RICARDO BEZERRA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Faço parte do CDC Jardim Manacá, em Santo Amaro, zona Sul de São Paulo e também faço parte da tesouraria.

Ficou uma dúvida na apresentação do chefe de gabinete da ACM, 13,5 milhões em reformas de CDCs indireto, equipamentos indiretos que contemplam o CDC. Eu queria saber qual é o critério para escolhas desses CDCs, porque no nosso – estou lá há dez anos – nunca recebemos nenhuma verba direta da ACM.

Outra dúvida é em relação às emendas parlamentares. No ano passado saiu no *Diário Oficial*, em 15 de dezembro de 2018, uma emenda para o nosso CDC. A gente já está em novembro, praticamente há quase um ano, e não foi nenhum engenheiro, não tem nenhuma citação da emenda para a execução. Eu queria saber onde a gente cobra a execução dessa emenda ou onde a gente vê se vai ser executado ou não, se foi congelada. É uma dúvida que a gente tem.

Aproveitando ainda o tempo, existe o CDC Jurubatuba na mesma região minha,

que foi desativado e o terreno voltou para a prefeitura regional de Santo Amaro. Só que está formado um CDC lá, mas não tem diretoria e o pessoal acaba usando aos domingos, no final de semana. Vai aqui o pedido de fazer de novo a diretoria gestora e realmente reativar o CDC lá, porque hoje não tem.

Concordo com o Vereador Senival, é muito importante esses equipamentos esportivos, porque a população no final de semana não quer se deslocar até o Centro, não tem condição de se deslocar, então fica no próprio bairro. Seria muito bom se esses equipamentos esportivos tivessem a condição de abrigar todo mundo do bairro.

No CDC Manacá a gente tem muita dificuldade em matéria financeira e o único recurso é gerado pelo próprio CDC. Então, as emendas parlamentares são o único meio de fazer obras de melhoria e realmente isso demora, tem umas que não são executadas e outras são congeladas. Passa ano e não são executadas e eu queria saber mais sobre isso.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Ricardo Bezerra. O próximo inscrito é o Sr. Ricardo Reis, do conselho gestor do CEU Paulistano. Em seguida, o Sr. José Celes.

O SR. RICARDO REIS – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Bom dia a todos os munícipes. Faço parte do conselho gestor do CEU Paulistano e também faço parte do conselho participativo municipal da Brasilândia.

Venho falar do CEU Paulistano em especial, e do CEU Paz. No CEU Paulistano temos um anfiteatro, que já entrou em vários planos e saiu. Nesse anfiteatro está só o esqueleto e nunca foi feito. Esse anfiteatro iria proporcionar uma área muito importante para toda a população.

O CEU Paulistano é melhor localizado, já que o CEU Paz está muito longe de tudo. Também tem uma piscina que não está funcionando e iria ajudar as pessoas a terem uma área de lazer.

No CEU Paz também tem uma piscina que não funciona, sendo 406 mil pessoas na

Brasilândia, isso contando como votantes, já que as crianças não se contam, porque não votam. Então, com 406 mil pessoas na Brasilândia nós temos duas piscinas que não funcionam por estarem em manutenção. A do CEU Paulistano está em manutenção, não está aberta ainda e a do CEU Paz nem começou a manutenção e não tem previsão para começar.

Então, nós pedimos para que vocês deem uma melhor atenção, não só para os CEUs, mas para a Brasilândia em si. A Brasilândia não está marcada para receber orçamento no ano que vem e eu gostaria de pedir para que vocês olhassem a gente com mais carinho.

Eu sei que o problema de estar sendo deixado de lado não é só da Brasilândia, tem muitas áreas que estão com esse mesmo problema. Mas, a Brasilândia em si, no caso como é o local que estou representado, gostaria de pedir para que vocês olhassem com carinho, porque tem muita gente, muitos votos, que fizeram com que os senhores estejam aqui hoje.
(Risos)

Então, pedimos um olhar mais humano para nós da Brasilândia. É isso que vim pedir, em nome dos conselhos de que faço parte. Faço parte de outros conselhos também, que não vêm ao caso, já que estamos falando disso. Mas, pedimos que vocês tenham um olhar melhor para a Brasilândia, pois a gente está precisando muito do carinho de vocês. Que vocês olhem com mais carinho para a gente.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Ricardo Reis, conselho gestor do CEU Paulistano. O próximo inscrito é o Sr. José Celes. Em seguida, o Sr. Artur Amato Neto.

O SR. JOSÉ CELES – Bom dia a todos, à Mesa principalmente, ao Secretário e aos demais Vereadores, Soninha.

Minha gente, sou munícipe da Lapa, participo de vários conselhos lá. Sou do Conseg, do PS da Lapa, do Cades e fui recentemente gestor do Parque Orlando Villas-Boas, que está fechado ainda.

Quero dar os parabéns ao Vereador Senival, porque realmente a palavra

manutenção parece que agora virou moda. Há mais de 19 anos eu atuo na área industrial de manutenção e verifico que realmente virou moda agora, principalmente depois que houve esses problemas nas marginais, nas pontes e viadutos. E está em voga mesmo.

Agora, tem um problema curioso em manutenção. Nunca ninguém olha em termos de orçamento. Observam um orçamento de 69 bilhões para o próximo ano, mas quantos por cento são destinados à manutenção? Eu digo isso porque conheço a Secretaria do Verde, por exemplo, que tem problemas de manutenção com seus parques, etc. Não tem dinheiro para a manutenção, não tem essa cultura. O que vi aqui hoje, parabéns a todos que falaram anteriormente, a palavra manutenção é a moda, é o que nós precisamos aqui em São Paulo: fazer manutenção.

Vou aproveitar para dar uma sugestão, em vez de a gente investir em eventos, vamos diminuir os eventos e o dinheiro desses eventos coloquem em manutenção, na saúde, manutenção nas OSs, na educação, nos prédios que estão virando sucata, manutenção também nos CDCs, tem uns que estão caindo porque falta manutenção.

Temos que redirecionar essa verba orçamentária, aumentar o volume porque veja só: a manutenção é fundamental. Todos nós precisamos dos equipamentos públicos. Eu quero ir a um parque, me divertir, a minha família quer participar. Chego lá, vou jogar bola, a quadra está ruim, vou ao campo de futebol e não tem rede, e assim por outros motivos.

Então, parabéns a todos que falam em manutenção, vamos mudar essa Cidade, vamos pensar por outro viés, é isso que quero dizer a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Artur Amato Neto, do CADE/OAB/CONAD.

O SR. ARTUR AMATO NETO – Eu gostaria de falar da manutenção. A manutenção de praças e de locais públicos está simplesmente uma desgraça porque as praças com locais que seriam para utilização de idosos, de famílias estão se tornando um local de abrigar mendigos e nóias. Muitas vezes, nós precisamos olhar as coisas e ver e também saber porque tantos prédios públicos estão sendo utilizados por pessoas que simplesmente não

foram autorizadas. Muitos prédios públicos, muitas escolas, muitas creches foram fechadas, mas ninguém foi lá e falou que ali não poderia usar, vai reaproveitar para isso. As pessoas estão indo se abrigar em praças, em locais públicos e onde eram creches, hoje muitas pessoas estão fazendo isso e não estamos tomando providências. Isso é uma coisa não só da Secretaria de Segurança Pública, mas uma questão de educação, de saúde pública também.

Muitas UBSs não tem um médico sequer. Você pode ir numa UBS e seria bom que algum Vereador em vez de irem ao plano particular, porque não vão se consultar numa UBS? As filas começam de madrugada e ninguém consegue chegar sequer a um médico. Eu gostaria que fosse visto com mais carinho.

Para concluir acho que muitas vezes precisaríamos tomar iniciativas, se não está prestando, os Vereadores e os políticos também, vamos tirar os políticos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves, Presidente do Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia a todos. Como só tem uma mulher na Mesa, na presença dela, quero cumprimentar todos os Parlamentares e quero cumprimentar especialmente o Bruno Caetano e dizer que é sempre muito importante o titular da pasta participar de uma audiência pública. Não mandar assessores, então, isso é importante e pode demonstrar um respeito maior com as pessoas que vêm para uma audiência pública. Mesmo que a gente saiba que é para cumprir tabela por vezes, não estou afirmando que o é.

Rapidamente, Secretário, eu queria pedir para que você pudesse esclarecer uma questão, que avaliando atentamente a peça apresentada, me chamou a atenção um recurso destinado de 100 milhões de reais para Bolsa Primeira Infância. Primeiro eu quero entender o que é essa Bolsa? Aqui temos acompanhado um debate na Casa com vários projetos que contam com a discordância de muitas pessoas como o *homeschooling*, enfim, creche noturna e por aí vai, mas me chamou a atenção nós termos previsto na peça orçamentária 100 milhões e 100 mil reais para primeira infância e daí quando eu observo a rede parceira, os gastos, a previsão de gastos que foram destinados para 2019, foi de dois milhões 692 mil 581 reais.

A gente observa que o montante destinado para 2020 aumenta praticamente 200 mil reais, ou seja, estão previstos dois milhões e 800 mil reais e aí a gente se depara com 100 milhões para a primeira infância, então, eu queria saber se vão ser compradas vagas para o atendimento à primeira infância, que bicho é esse, para que serve e porque a gente não tem previsto no orçamento, em que pese, e eu fico contente desde que seja atendida pela rede direta a ampliação desse atendimento através dos dez CEUs que serão inaugurados, mas vejo com preocupação isso e eu gostaria desse esclarecimento. Será executado com quem e para quem? E como esses 100 milhões que estão previstos no orçamento quando você tem tanto na rede parceira, quanto na rede direta um estacionamento de ampliação dos recursos. Então, me chamou a atenção.

Por fim, Vereador Alessandro, eu queria fazer um apelo aos nobres Edis aqui presentes e aos demais colegas da Câmara Municipal em relação ao que está orçado para a Conferência Municipal de Educação. Eu sou testemunha que os valores não correspondem à necessidade, lembrando que a conferência conta com a participação da sociedade civil e esses valores são muito irrisórios. Eu queria endossar os que me antecederam no sentido que teve uma solicitação de no mínimo um milhão de reais. Essa inflação negativa é só para quem está de plantão no Governo porque os munícipes sabem que tudo aumentou e vai ser impossível realizar a conferência como ela deve ser realizada com 800 mil reais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, ex-Vereadora Claudete Alves, Presidente do Sedin. Tem a palavra o Sr. Márcio Natividade, do Centro de Esportes Radicais. Em seguida, o Sr. Leandro Badi.

O SR. MÁRCIO NATIVIDADE – Bom dia à Mesa, bom dia a todos.

Gostaria de dar um breve posicionamento sobre os esportes urbanos na cidade de São Paulo e, como praticante há alguns anos, das modalidades urbanas, as pessoas entendem os esportes radicais de um modo geral. E os esportes radicais são divididos nos esportes praticados na natureza e os esportes praticados nos centros urbanos, como *skate*,

bike, parkour e outras modalidades.

Eu estou aqui para poder mostrar algumas especificidades dessas modalidades que hoje, algumas delas, se tornaram olímpicas, onde a Secretaria de Esportes detém o maior número de espaços em que são praticadas essas atividades. Está aqui o nosso representante, o Décio, para que possamos olhar com um cuidado especial para essas modalidades.

Então, eu estou aqui para falar sobre ampliação, reforma, requalificação de equipamentos esportivos e implementação das atividades-base ou escolinhas de esporte nos centros esportivos.

Eu, lá no Clube do Centro de Esportes Radicais, eu atendo as modalidades *skate, bike, patins, o WCMX*, que é o caso do Leandro - o esporte adaptado com cadeira de rodas, em que o pessoal anda nas pistas de *skate*. Temos esse trabalho há um ano e meio, já participamos de dois mundiais. O Leandro vai comentar aqui, com vocês, um pouquinho. E hoje nós somos o terceiro colocado nessa categoria mundial. Então, é um esporte de um ano e meio no Brasil e no mundo chega a 20 anos de prática. Então, a nossa evolução foi muito grande nesse um ano e meio.

O que eu venho aqui comentar, ou pedir, é que o Centro de Esportes Radicais, e estou bem especificamente apontando o Centro de Esportes Radicais porque ele é o primeiro centro esportivo do Brasil que tem todas essas modalidades. E é muito importante que tenhamos um cuidado na sua manutenção, na sua infraestrutura, porque eu atendo durante o ano inteiro pessoas do mundo inteiro nos visitando. Então, de todos os países: delegações internacionais de *skate*; delegações internacionais de *parkour*, de patinagem. Então, para que isso possa ser uma atividade praticada com segurança, os nossos equipamentos precisam estar em condições de prática segura.

Era isso o que eu queria comentar. Só pedir uma atenção específica para os centros esportivos que têm as suas especificidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Márcio Natividade.

O próximo inscrito é o Sr. Leandro Badi, Instituto Faca na Cadeira.

O SR. LEANDRO BADI – Bom dia a todos.

Eu sou o Leandro, do Instituto Faca na Cadeira. Nós realizamos um trabalho de ensinar um esporte radical, chamado WCMX. Ensinamos os cadeirantes a utilizarem a cadeira de rodas nas pistas de *skate*. Mas, mais que isso, ensinamos as habilidades básicas para eles terem autonomia e independência no dia a dia.

Então, vemos a importância do esporte para a pessoa com deficiência, porque nós sabemos que não temos acessibilidade de 100% em nosso País, Cidade, Estado. Então, além de proporcionarmos essa autonomia, nós temos também autoestima, enfim, várias coisas que o esporte traz para a pessoa com deficiência. E eu venho aqui em apoio ao diretor Márcio, do Centro de Esportes Radicais, porque nós estamos lá há um ano e meio e precisamos dessa melhoria nas pistas de *skate* para podermos atender a mais pessoas.

Hoje, nós atendemos entre 15 a 20 pessoas com deficiência, mas precisamos que seja adaptada a acessibilidade dentro do parque, que as pistas também sejam adaptadas para as pessoas com deficiência física. Porque, segundo a última constatação do IBGE, nós somos 45 milhões de pessoas com deficiência no País. Isso corresponde a $\frac{1}{4}$ da população brasileira.

Então, o esporte muda a vida da pessoa com deficiência, ele reabilita e nós precisamos desse apoio específico ali no Centro de Esportes Radicais. E aproveitando para falar um pouco, também, do Centro de Esportes Radicais, na apresentação, nós vimos que havia 33 clubes gerenciados pela Secretaria e, na meta, eles tinham de fazer a reforma e a revitalização desses 33 clubes. Até o momento, foram feitos apenas duas.

Eu gostaria de saber qual é o planejamento para a revitalização desses próximos e como é feita a escolha, porque no Centro de Esportes Radicais nós temos visto o trabalho do diretor Márcio com parcerias privadas e parcerias dos campeonatos, que ele tem trazido, para fazer essas reformas e não vindo da Secretaria diretamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Leandro Badi, do

Instituto Faca na Cadeira.

O próximo inscrito é o Sr. Josevaldo Nascimento.

O SR. JOSEVALDO NASCIMENTO – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa.

Como disse uma colega aqui, a ausência do Secretário condiz com o seu comprometimento com a pasta, com todo o respeito ao representante do Secretário Municipal de Esportes. E acho que ele não gosta de diálogo, porque, como testemunha, temos aqui na Mesa o Vereador Alessandro Guedes, que sabe que estamos há um ano tentando uma audiência com o Secretário Municipal de Esportes para tratarmos do CDC Charles Müller, lá em Pirituba, e ele, até hoje, não nos atendeu.

Quanto ao orçamento, quero lembrar a todos de que são os Vereadores que aprovam o orçamento. Então, vocês têm de dar uma atenção melhor e atender à população.

Quanto à redução da pasta da Secretaria, nós estranhamos muito, porque a proposta orçamentária da Câmara aumentou em 34% o orçamento da cidade de São Paulo. Se fosse baseado em 2018, a Secretaria de Esportes teve 0,004% do orçamento destinado à pasta.

Como Contador, fazendo uma análise superficial, tem uma redução de quase 100 milhões nos esportes, em relação a esse orçamento. Como teve aumento do orçamento e redução do percentual, então a defasagem é muito maior. E o que nos causa um pouco mais de estranheza é que teve a privatização do Pacaembu. Então, era para sobrar mais dinheiro para o esporte.

Fica aqui a minha contestação e peço para a Secretaria de Esportes a volta dos Jogos da Cidade. Como temos o futebol como base, referência, solicitamos que os jovens da Cidade voltem a ter 32 equipes de futebol por subprefeitura, porque houve um corte de 50%: este ano foi de 16 e esperamos que voltem as 32 equipes por regiões.

Obrigado a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Josevaldo Nascimento.

O próximo inscrito é o Sr. Ricardo Pinto, Professor.

O SR. RICARDO PINTO – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Secretário de Educação, a minha fala vai mais para o senhor. Eu venho representando aqui uma comunidade de 150 mil habitantes; uma comunidade que não tem um equipamento esportivo e de lazer na região.

Já chamamos essa região de “região fantasma”, porque é uma região que nunca aparece no orçamento, nunca aparece no mapa. E o nosso CEU, que até chegou a ser discutido, debatido e auditado – faltou solicitar até 2015, se não me engano, virou um CEU fantasma, porque ele desaparece. É o CEU Elisa Maria. Então, quando a gente para pensar: “O que é o orçamento?”, os números são frios, mas o orçamento, no meu entendimento, é prioridades. Quais são as prioridades que a gestão tem para com os seus munícipes? E nós vemos que uma região como essa passa a não ter prioridade alguma. Se os senhores andarem pelo Elisa Maria, não vão ver idosos e nenhum deficiente físico, porque não há lugar para eles, naquela região, e o CEU é o único lugar onde essas pessoas podem ter algum tipo de dignidade, onde o idoso pode ter dignidade e fazer as suas atividades; onde os deficientes podem ter dignidade e fazer as atividades no CEU; e as crianças podem ter dignidade, para ter haja equipamento decente, para que possam frequentar, estudar e ter lazer.

Nós temos EMEI e EMEF, uma ao lado da outra, e nelas eu acredito que se o Corpo de Bombeiros for até lá, nós não teremos mais EMEI e nem EMEF. Nós precisamos não só de manutenção, nós precisamos de prédio decente na região, e é isso que está faltando. Nós temos quadra, por exemplo, onde a saúde fugiu faz tempo, porque os pombos tomaram conta, e nós sabemos que pombos são ratos alados e não temos como controlar. Não matam pombos, evitam que eles possam acessar alguns lugares. Para isso, precisam de recursos e eles não chegam às nossas unidades escolares, aos nossos EMEIs e EMEFs, e, quando chegam, é bem escasso. Cortes nós tivemos muitos: no leite das crianças, alimentação e transporte, mas os investimentos vão se escasseando, e nós precisamos ter uma visão melhor para esse tipo de lugar. Nós estamos falando do Jardim Elisa Maria, de comunidade de 150 mil

habitantes. Existe um equipamento de saúde lá de lata ainda, que não atende a toda a demanda da região, e é desviado para outros lugares, e, em outros lugares, não atendem, porque não é daquele bairro necessariamente. Quer dizer, nós temos muita confusão lá e nós precisamos de atenção maior. Temos um CDC nas proximidades, que é o Tiete Souza, completamente abandonado, com matagal para todo lado, onde nós temos infortúnios acontecendo lá; e nós precisamos evitar que isso ocorra.

Muitas pessoas falam: “Nas nossas regiões fantasmas, nós produzimos muitos criminosos, bandidos ou coisa parecida”, mas não era para ser assim, se nós tivéssemos equipamentos de educação e lazer adequado, para que essas pudessem utilizar, porque eles têm sede disso, mas não dá para caminharem quilômetros e quilômetros, porque, para qualquer lugar que vão, vão ter de pagar 4,30, para se deslocar a um equipamento um pouco mais longe. Isso não é possível, porque faltam recursos financeiros para essas famílias.

Peço que olhem, com mais carinho, para essa peça orçamentária e se possam ver, de fato, as regiões vulneráveis, que estão documentadas oficialmente e que essas regiões possam ser sim vistas e deixar de ser regiões fantasmas. Espero que o Elisa Maria possa sim ser visto e priorizado com o CEU, que é fundamental. São 150 mil pessoas que estão ali esperando o olhar da Secretaria Municipal de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Ricardo Pivato, do Cades.

O SR. RICARDO PIVATO – Boa tarde. Sou do Cades Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa. Eu estou vindo aqui falar um pouquinho, porque muito está se falando de educação, lazer e esporte. É o intuito da audiência pública de hoje, mas muito pouco está se falando da questão ambiental. Tanto a educação quanto lazer e esporte estão diretamente ligadas às questões ambientais. Dentro das escolas municipais, existem árvores e a possibilidade do desenvolvimento de hortas. Muitas pessoas, em Ermelino Matarazzo e Ponte Rasa, praticamente a maioria pratica esportes e horas de lazer, tempo de lazer nos parques e nas

praças.

Pelo que eu estou vendo aqui, pouca gente está levando isso em consideração, no sentido de ser relativo. Então, aproveitando a presença do Sr. Secretário de Educação aqui, gostaria de trazer o conhecimento que o Cades Ermelino Matarazzo juntamente com a EMEI Dinah Galvão possibilitou a revitalização da horta, e o Cades é um conselho civil, não tem orçamento. Então, por meio de um rateio entre os conselheiros, foi feita essa revitalização.

Aproveitando também que a Secretaria de Orçamento está aqui, peço ou dou uma sugestão para que projetos sobre educação ambiental sejam realizados, desenvolvidos nas escolas. A horta, dentro de uma escola, é extremamente importante, porque ela ajuda a desenvolver a questão da educação ambiental. Isso entre as crianças, no caso da EMEI Dinah Galvão, além de gerar, de promover educação ambiental, nas outras escolas de ensino fundamental, também é extremamente importante, para que os adolescentes possam desenvolver a questão do convívio em comunidade, porque uma horta sozinha é impossível de ser cultivada. É preciso haver muitas pessoas. É extremamente importante.

No que diz respeito à questão das atividades físicas e do lazer, muitas pessoas, em Ermelino Matarazzo, a maioria delas realiza as atividades físicas nos parques e nas praças, só que Ermelino Matarazzo tem dois parques. Os dois apresentam uma dificuldade de infraestrutura muito grande. Então, eu acho que quem governa, quem está no Governo, falo que a questão da integralidade é uma coisa extremamente importante. Certo individualismo secretarial além de inviabilizar, também dificulta para nós, que estamos ali, tentando realizar as coisas. Então, uma parceria maior entre as Secretarias de Educação, Lazer e Esporte e do Meio Ambiente seria extremamente importante, para viabilizar todas essas atividades e, com certeza, conservar e preservar todos esses equipamentos públicos, que são extremamente importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Carolina Borges.

A SRA. CAROLINA BORGES – Bom dia. Primeiro eu queria falar sobre o projeto Rua da Gente. Queria sugerir que fosse conversado mais com os munícipes do eterno e fossem incendiados grupos locais, que fazem parte daquela região, e também, durante o Rua da Gente, são incentivadas algumas vivências de esporte que as pessoas geralmente não têm muito contato. Só que aí o Rua da Gente vai embora e as pessoas não têm como continuar com esse esporte. Então, a minha sugestão é que seja feita alguma coisa que tenha continuidade. Então, que deixem bolas, raquetes ou alguns monitores, que vão, de tempos em tempos, reviverem o que as crianças viveram no Rua da Gente.

Sobre educação, a gente tem o Plano Municipal de Educação, que prevê, no máximo, 25 alunos, mas hoje as EMEIs estão muito cheias. Então, há muitas EMEIs com 35 alunos. Isso prejudica tanto os professores quanto as próprias crianças.

Também queria deixar um pedido para os Srs. Vereadores, que olhassem para o Plano Municipal de Educação, que passasse nas comissões e fossem revistas as metas dos planos. Por exemplo, a de muitos alunos por salas.

Outra coisa também que esta Casa aprovou foi a privatização de alguns imóveis. Entre eles, há uma escola, cujo terreno foi autorizado. Então, acho que os Srs. Vereadores precisam se desculpar com a população, de ter aprovado isso. Como vão vender uma escola, uma EMEI? Falo também para os Srs. Vereadores fiscalizarem a compra de merenda pelas creches parceiras, porque as creches agora recebem dinheiro para comprar a merenda e não é garantido que vão comprar bananas. Então, há muitos casos que algumas creches não estão comprando o que deveriam.

E sobre o programa de metas tínhamos a meta que esqueci o número, que previa aumento de vagas em creches e aí teve um novo programa de metas em março e as vagas de creche não foram respeitadas. Enfim, algumas regiões tiveram mais vagas do que o previsto e algumas regiões menos vagas do que o previsto. E aí juntaram tudo como se a vaga aberta em Pinheiros fosse uma vaga para uma escola na zona Leste. Então também rever.

Acho que é isso. Obrigada. Sou Carolina Borges, tenho o Projeto Ocupa Mãe,

quem quiser nos seguir nas redes sociais, superagradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Carolina Borges. A próxima inscrita é a Sra. Maria Aparecida Nery, do Sitraemfa.

A SRA. MARIA APARECIDA NERY – Bom dia Mesa e todos os presentes, sou do Sindicato Sitraemfa. Quero dizer para o Secretário a questão da jornada de trabalho das trabalhadoras da Rede Conveniada. Sabemos que isso impacta diretamente na questão orçamentária.

Esta Casa tem alguns Vereadores se empenhando em relação à valorização desses trabalhadores, mas a questão da jornada é fundamental. Os trabalhadores da Educação Infantil, que trabalham com crianças de zero a quatro anos, têm jornada de oito horas diárias direto com a criança. São 40 horas semanais.

Dentro dessas 40 horas semanais, esses profissionais não têm tempo de fazer planejamento e nem a avaliação exigida pela Secretaria. Sabemos que isso impacta direto no orçamento, então é necessário pensar nessa questão, inclusive, em reunião com o Sindicato propusemos um projeto piloto nas regiões para pensarmos numa forma que seja menos impactante para o orçamento. Mas é importante darmos o pontapé inicial por uma questão da saúde desses trabalhadores. Temos um índice de afastamento muito grande porque não é fácil trabalhar oito horas diretas com a criança, diferente da Rede Direta que tem um horário para planejamento.

Além disso, essa situação da redução da jornada e dessa possibilidade de ter um momento para refletir sobre o trabalho, para planejar, vai impactar diretamente na questão da qualidade do serviço. Então venho aqui para defender essa questão da redução da jornada. Sei que não será uma coisa de curto prazo, será de longo prazo, mas não podemos deixar de sempre estar colocando e dando o pontapé inicial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Último inscrito, Sr. Fábio Siqueira, que vai falar sobre o tema do esporte.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Rapidamente, Srs. Vereadores, Srs. munícipes, a questão do esporte tem demandas muito utópicas. Para ajudar a população da Freguesia/Brasilândia, estou aqui com o plano plurianual 2018/2021 e nesse plano constam reformas para o Aurélio Campos e para o Oswaldo Brandão. Inclusive, já em 2018, o Oswaldo Brandão, 561 mil reais; Aurélio Campos, 300 mil reais.

Pelo visto não foi executado, Sr. Chefe de Gabinete. É muito sério e vou citar os outros também. José Ermírio de Moraes; Luiz Martinez, na Tiquatira; Raul Tabajara, grande nome brasileiro, cujo centenário se comemorou no ano passado; São José de Anchieta; Alfredo Inácio Trindade, ou seja, várias reformas, equipamentos históricos com mais de 40 anos e muitos deles estão bastante sucateados.

Também quero saber como se pronuncia o Conselho Municipal de Esportes nessa situação toda. Esse Conselho me parece fantasma, com todo o respeito, porque não vejo esse Conselho se reunir, dar satisfação para a sociedade, não vejo recurso orçamentário para esse Conselho. Então queria saber como funciona esse Conselho Municipal de Esportes e o que faz para a população.

Também quero solicitar ao Presidente desta sessão agendar uma audiência pública com a Secretaria das Pessoas com Deficiência. O atleta aqui mostrou realmente que é importante esse segmento e não é justo que neste ano a Secretaria seja limada do calendário orçamentário. É importante marcar a audiência pública da Secretaria de Mobilidade Reduzida.

Também quero lamentar a ausência do Secretário Carlos Bezerra com um agravante, ele foi Vereador desta Casa. Então seria importante que comparecesse a esta reunião e justificasse sua ausência.

Por fim, gostaria de saber por que a verba para auxílio de ex-atleta e profissionais do futebol não foi executada, valor de cinco milhões de reais. A verba para ampliação, reforma e requalificação de equipamentos esportivos, foram previstos para este ano três milhões de reais. Nada executado até 30 de setembro, as reformas estão paralisadas desses centros que citei. Realização de eventos esportivos, só foi executado 10%, lamentável.

Também a injustiça com a periferia de não ter CEE. A periferia tem CEL, que também não estão sendo executados, como Perus, Teotônio Vilela e Juscelino Kubitschek, na Cidade Tiradentes. Então gostaria de uma prestação de contas detalhada dessas obras de esporte, lazer e recreação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fábio Siqueira. Anuncio a presença do Vereador Celso Giannazi, em seguida fará uso da palavra.

De imediato passo a palavra para o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Bom dia a todos e a todas, saudar o Secretário, o Chefe de Gabinete e lamentar juntamente com vocês a não vinda, sem demérito nenhum, do titular da pasta, oportunidade única esta de debater o orçamento. Este é o momento mais importante da Cidade, porque vai tratar do dinheiro de todas as secretarias. Então é a mais importante audiência pública.

Quero parabenizar o Presidente Alessandro Guedes, pelo esforço do número de audiências públicas do calendário. A Vereadora Soninha Francine que sempre acompanha projeto por projeto. Foram seis anos de convivência nesta Comissão, saudar a companheirada, os técnicos. É uma honra estar aqui de novo junto com vocês.

Rapidamente quero começar pela questão do esporte. Não sei quantos são os CDCs hoje e quantos recebem verba, também já não lembro se são 10 mil reais. Depois, peço ao Chefe de Gabinete que me dissesse.

Não existe mais um CDC hoje que não tenha gramado sintético e vem a história da borrachinha que vence, da manutenção, não é Senival?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – Mas vai ter. Todos os CDCs hoje, a não ser que tenha pelo menos um documento, não tem um que não gramou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – Calma. Conheço bem essa área e o Vereador Senival Moura

virou um especialista. O maior especialista é o Vereador Milton Leite, obviamente. Nós aqui vamos atrás. Mas é impossível que algum Vereador não mandasse uma emenda para fazer. Ou posso garantir que está em curso.

Então essa questão de destinar uma verba para cada CDC, porque o critério que vocês mandam da prestação de contas é muito rigoroso. Isso é verdade. Então quero saber quantos CDCs são hoje, você deve saber de fato os que não foram ainda gramados, mas posso garantir que é questão de tempo para gramar. Às vezes é problema de documentação mesmo, não renovou a ata, aquela coisa toda.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAIR TATTO – O congelamento é outro ponto, mas vamos para a Educação. Acho que ficou muito tímida a questão do EJA, o nosso popular Mova, o avanço aqui não é avanço, mas um repeteco.

Então acho que é uma parte ruim da história do orçamento, a questão da execução em todas as áreas, a do TEG então é trágica a execução deste ano, Secretário Bruno. Vagas em creche, 35 mil; demanda, 75 mil, muito tímido também e um tal de Bolsa que a Claudete perguntou, como chama? Estou de olho, porque é uma pegadinha. Eu fiz uma vez o tal de Bolsa Creche, e a Claudete e o pessoal da Educação pegaram tanto no pé que aprovei em primeira, depois falei para ProUni Municipal, porque foi a coisa mais maravilhosa desse país. Pediram e eu encostei o projeto. Tem um projeto da Janaína, se não me engano, que é parecido. Então, se eu encostei o meu, daqui para frente, estou fora disso.

Tem um estudo desses cem milhões destinados, que podem ajudar a quase zerar o déficit que fica. Seria uma coisa boa. Então, falem a verdade.

Eu me lembro da questão dos CEUs, porque houve um avanço, sim. Eu entendo que conclui no ano que vem. O Secretário de Siurb, o meu amigo Santoro, falava: “não, nós não temos os cem milhões para concluir os CEUs ou para avançar”, e eu dizia: “mas vai vir”, “vai vir do Parque Augusta, da compensação”; “mas, então, fala porque é uma coisa boa para vocês”. Eu faço essa provocação, Bruno, porque se é para creche, para vagas, para o déficit?

Uma coisa que nós precisamos desacelerar, Toninho Vespoli, eu gosto de saudar os projetos bons desta Casa lá na Comissão de Educação, ele tem um projeto para que, pelo menos as creches construídas pela Prefeitura, parasse de conveniar. Eu falei: “mas não dá porque desacelera muito o processo”. Ele até fez um substitutivo que, daqui para frente, o que a Prefeitura construir, cuide ela, pelo menos isso. (Palmas) Já está em 80%. São coisas que eu acho que a gente pode perseguir.

Por último, o maior deserto na cidade de São Paulo em termos populacionais e de demanda se chama distrito de Cidade Ademar. Por que não tem um CEU em Cidade Ademar?

Houve uma época, no governo passado, sim, um Decreto de desapropriação por parte do Clube da Caixa que se usava até, Secretário, boa parte da estrutura, ginásio, sairia mais barato. Esse Decreto valia por um ano, então, se desmilingui.

Então, eu vou fazer um pedido e vou levar para a Comissão, Presidente, que conste, mas não é a rubrica de mil reais lá não, de um barãozinho, ajuda Fábio, porque Cidade Ademar é o maior deserto da cidade de São Paulo sem um CEU. Foi ruim tirar o de Campo Limpo que estava previsto? Foi, mas lá tem um bocado de CEU. Foi ruim tirar o de Grajaú? Foi, mas lá tem um bocado de CEU.

Sobre o CEU Cidade Ademar, vou fazer um pedido; nós vamos fazer enquanto Comissão, que conste o valor para o início das obras. Tem problema de área? Tem, mas não dá para ficar 400 mil habitantes só com o CEU Alvarenga, depois vai ter o Caminhos do Mar lá em cima no Jabaquara, e não é possível que a gente não preste atenção num negócio desses. Esse é o pedido oficial que quero mandar não em meu nome, mas em nome da Comissão.

Parelheiros tem cem mil habitantes e só tem um CEU; Parelheiros e Marsilac têm cem mil habitantes e um CEU. Estou dizendo que o maior deserto com 150 mil habitantes, Cidade Ademar e Pedreira, temos um CEU só. Eu pesquisei na Cidade toda, e não se acha em quantidades e demanda, creio que a Cidade Ademar superou até Jardim Ângela no déficit de vagas. Então, eu vou fazer esse apelo, e a Comissão vai mandar oficialmente a vocês para protocolar, mas não é a rubricazinha não. É para valer mesmo o CEU Cidade Ademar.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos pela oportunidade e vamos ouvir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Presidente Jair Tatto. O próximo inscrito é o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todos. Cumprimento os componentes da Mesa, na pessoa do Presidente Alessandro Guedes. Saúdo a presença do Secretário de Educação Bruno Caetano. É importante a presença dele para responder os nossos questionamentos, nossas dúvidas, indagações; também quero cumprimentar o nosso colega Fabiano, representante da Fazenda, um grande técnico da Secretaria da Fazenda que pode nos ajudar a destrinchar esses números do orçamento, que está muito aquém nas áreas sociais, muito aquém do que nós lutamos para que ele alcance, mesmo o grande objetivo. A ênfase que é dada na área social é muito baixa para São Paulo.

Peço desculpas porque eu estava em outro evento, já cheguei e algumas pessoas já fizeram colocações. Eu queria perguntar para o Secretário, parece que já foi colocado, a respeito das Olimpíadas. Tenho a certeza de que o Secretário já anotou sobre as Olimpíadas Estudantis que ficaram praticamente inviabilizadas neste exercício de 2019.

Eu queria falar sobre outros dois assuntos extremamente importantes e graves, os quais temos acompanhado, temos feito várias visitas em escolas municipais e chega também ao nosso mandato várias denúncias e reclamações sobre o fechamento de salas, tanto do ensino regular quanto da EJA, Educação de Jovens e Adultos, o Vereador Jair Tatto também falou do orçamento do EJA que fica muito aquém do que a gente gostaria.

A EJA está sendo destruída na cidade de São Paulo. Muitas escolas estão com suas salas fechadas, e também no ensino regular; no ensino regular, Secretário, temos visto a junção de várias salas, por exemplo, eram três salas de terceiro ou quarto ano, e elas se juntam ficam duas salas com vários alunos, várias crianças com deficiência.

É um olhar que a Prefeitura de São Paulo não tem com a Educação Inclusiva na cidade de São Paulo. Temos acompanhado que há salas com 38 ou 40 anos e com três ou

quatro crianças com deficiência. Não temos o número de AVS, estagiários, suficientes na rede municipal. Em várias escolas, não temos a estrutura destas com rampas, elevadores.

O que é um absurdo na maior cidade da América Latina a gente não contempla a criança com deficiência. Está muito longe disso. Então, uma pergunta que se faz ao Secretário é: quais são os recursos, qual o objetivo da Secretaria Municipal de Educação em relação a esse tópico específico, o fechamento das salas do ensino regular, da EJA também, e a questão da aplicação dos recursos nessa área da Educação Inclusiva, dando atenção especial às crianças com deficiência?

Tornar uma política pública educacional inclusiva de verdade, não só nos números, não só na fachada, é você perceber que nas escolas municipais se tenha o enfrentamento dessa questão.

Outro ponto, na verdade, é o meu terceiro ponto, a terceira colocação porque isso também é grave, a gente tem acompanhado também em várias escolas é a questão da redução da segurança e da limpeza de todas as escolas da rede municipal.

A gente tem lutado, faz o enfrentamento; eu sou um servidor público municipal, e a gente luta incansavelmente pela edição de concurso público, contratação de servidores públicos para exercerem esses serviços, tanto de segurança quanto limpeza, em todos os serviços da cidade de São Paulo, isso é fato.

Agora, o que ocorre é que há anos temos esse serviço terceirizado na segurança e na limpeza também. A gente não concorda que ele seja terceirizado, a gente luta para que seja um serviço típico da rede direta, mas o que nós estamos vivenciando hoje é um corte abrupto, pois em várias escolas onde tinham sete, oito trabalhadores, ficarão com dois.

Vamos copiar aqui a rede estadual de ensino. Vamos às escolas estaduais, e vemos um total sucateamento na questão da limpeza, da segurança; e parece que São Paulo, Secretário, caminha para esse para lado também. Não sei se é esse o objetivo mesmo, mas eu gostaria de ouvir, também, do Secretário, qual é o objetivo dessa redução drástica, dessa forma, e se não haverá concursos públicos para essas duas áreas do Município de São Paulo

para que as escolas estejam protegidas e limpas, com condições para que os nossos alunos, nossas crianças, consigam ter um ambiente propício nas escolas.

Então são esses dois pontos importantes que gostaria de ter um posicionamento do Secretário e qual é o encaminhamento disso para que a gente brigue no orçamento, que altere, e orça o orçamento destinando recursos para essas áreas precárias, nesse orçamento que a gente está acompanhando.

São essas minhas considerações iniciais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Celso Giannazi.

A próxima, com a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente, para não me exceder no tempo, vou encaminhar algumas questões depois para as duas secretarias, alguns mais detalhados, mas vou expor algumas dúvidas aqui.

Tem um aumento muito expressivo em ações de apoio à Educação Especial, o Programa Inlui. Se o senhor puder dizer, exatamente, a que se refere isso. E também transporte escolar Educação Especial teve um aumento bastante significativo de 18 para 19, com uma nova proposta de aumento para 2020; também saber, exatamente, com que é esse gasto.

Outros pontos bem específicos. Alguns Vereadores até por meio de emendas parlamentares sugerem a implantação de Fab Labs em unidades da Educação, como nos CEUs, por exemplo. E eu sou totalmente favorável a isso. Gostaria de saber se a Educação teria uma previsão de recursos para manter os Fab Labs em funcionamento. Parece que agora, segundo uma consulta à Secretaria de Inovação, o custeio de um Fab Lab fica em torno de 20 mil reais. Então, claro, teria que fazer as contas, multiplicar por doze pelo número de unidades, mas saber se isso é provável, do contrário, não adianta a gente colocar uma emenda para implantar o Fab Lab se não tiver previsto recurso para o seu funcionamento.

Outra dúvida. Existem inúmeras demandas da população, fora as que a gente mesmo é capaz de observar para intervenções da CET no entorno das escolas: faixas de

pedestres, lombadas, lombada eletrônica; e eu não sei se esses recursos vêm da CET ou se é a Educação quem custeia essas obras.

E duas últimas para a Educação. Há muitos anos tem a previsão de implantação de um planetário no CEU Parelheiros e outro no Jardim Paulistano. Até não sei se esse auditório, incompleto, que tem lá, seria o do planetário. Gostaria de saber se esse projeto ainda existe, se a secretaria pretende fazer um investimento nesse sentido.

E outra demanda que chega muito para a gente também é para apresentar emendas para a cobertura de quadras esportivas. E saber se isso, necessariamente, teria de ser atendido por emendas dos Vereadores ou se existe uma dotação na Secretaria de Educação voltada para esse tipo de obra.

Em relação à Secretaria de Esporte, essa previsão de transferências federais é saber o quanto é uma previsão segura; em várias pastas, neste ano, a municipalidade teve dificuldade em receber repasses federais. Então quero saber se a gente, realmente, pode contar com isso.

Em relação a esses CDCs desativados. Foi mencionado aqui o Jurubatuba. Que eu saiba parece que tem um também na Rua Quaresma Delgado, na zona Leste, não sei se ele ainda está desativado, mas até bem recentemente estava abandonado, desativado. E uma questão muito recorrente é sobre os CDCs terem ou dotações próprias melhores, ou a permissão para terem receita própria. Porque hoje os CDCs meio que se sustentam de uma receita própria, não muito transparente ou não muito oficial. Então ou a gente normatiza isso e regulamenta mesmo essa possibilidade ou vai ter CDC que cobra, CDC que não cobra, CDC que recebe patrocínio. Acho que a gente poderia criar mesmo um modelo que garantisse que seja uma receita própria, mas bem transparente e bem demonstrada.

E por último, de fato, a gente tem bastante dificuldade com a execução de emendas pela Secretaria do Esporte. Gostaria de saber se isso pode acontecer em função de uma dificuldade de recursos humanos, por exemplo, de uma falta de funcionários na Secretaria de Esporte para processar todas essas demandas de emendas, porque a gente vê que uma

dificuldade de vários mandatos, e eu não acredito que seja uma questão de desinteresse da secretaria por emenda, de má vontade com execução de emenda. Então deve ser alguma dificuldade interna, administrativa.

Queria saber se a secretaria tem algo a dizer em relação a isso? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Com a palavra o Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Mais uma vez, eu já havia falado um pouco sobre o esporte e quero falar aqui, sucintamente, sobre o problema da falta de vagas para as crianças nas creches, que é um problema gravíssimo – que ainda existe hoje. O nobre Vereador Jair falou um pouco na tribuna e eu quero falar agora até para contextualizar e divergir um pouco do Vereador Jair, mas primeiro quero falar como o Secretário.

Em 2017, havia um compromisso de cumprir a meta de 130 mil crianças em creches, depois rebaixou: cumprir a meta de colocar 85 mil até 2020. A realidade de hoje, segundo as informações, são cerca de 75 mil crianças que estão fora das creches. Para atingir essa meta de 85 seria necessário que 65 crianças fossem colocadas nas creches diariamente até 2020 para poder cumprir essa meta de 75, ignorando já aquela de 130. Vamos esquecer aquela de 130.

Tratando dos fatos, eu vejo uma realidade muito difícil de cumprir. E aí a gente entra nos pontos polêmicos. Sabemos que a rede parceira na cidade de São Paulo tem problema, como a direta também tem, não dá para dizer que a direta não tem problema. Pode ser que tenha um problema menor que as indiretas, mas também tem problemas. O fato concreto é que precisa garantir a vaga para as crianças nas creches. Esse é o fato. Aqui é tudo com qualidade, a divergência é natural, em todo lugar vai ter, e as parceiras também têm qualidade. As parceiras também tem qualidade. Uma ou outra destoa, mas isso faz parte da vida. Agora tem o setor de fiscalização, o Governo tem que responder, tem de punir aquele que não presta um serviço de qualidade, mas não pode querer simplesmente nivelar por baixo, dizer que todas prestam serviço de má qualidade. Isso não é verdade. As pessoas têm que

primeiro olhar e prestar atenção. Não queira legislar a própria causa. Quero deixar claro isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SENIVAL MOURA – Estou defendendo os dois sistemas.

Agora se a Prefeitura tivesse condições, aliás, seria até melhor que a Prefeitura tivesse condições e fizesse todas pela direta, seria muito bom. O que não pode é deixar as crianças fora das creches. Isso é inaceitável, tanto é que há uma punição, via Ministério Público, cobrando da Prefeitura essa responsabilidade.

E digo mais, a Prefeitura publicou uma portaria ou um decreto, salvo engano, autorizando as entidades parceiras a comprar certos alimentos. Isso eu acho algo gravíssimo, que tem certa dificuldade. Acho que essa responsabilidade tem que ser da municipalidade, igual tinha anteriormente, tinham as cooperativas que ofereciam alimentos orgânicos com qualidade, não tinha dificuldade para poder ter alimentação para as crianças, e seria muito melhor. Então, no meu ponto de vista, seria muito prudente que isso fosse revisto. Acho isso pouco perigoso porque a responsabilidade é muito grande para garantir uma alimentação de qualidade, isso teria que ficar a cargo da municipalidade. Deveria acontecer isso.

O Secretário depois, se puder responder, acho que seria bacana até para a gente verificar e vou continuar defendendo o serviço das parceiras. Sobre os CEUs o que tem acontecido, Secretário, o que a gente observa é que diversos CEUs tem faltado funcionários. Não sei se reduziram contratos, o que está acontecendo? E acaba sobrecarregando aqueles poucos que têm, e que tem de trabalhar muito mais para poder dar conta de manter as unidades organizadas, limpas, etc. Acho que está acontecendo isso e seria importante se pudesse ter revista essa situação de que é preciso manter mais funcionários porque os que têm não estão dando conta. Estou imaginando que seja isso.

Por fim, Secretário, só queria, até para a gente entender um pouco melhor, o que você está pensando sobre o serviço TEG – Transporte Escolar Gratuito para o próximo ano? Fizemos audiência pública da douta Comissão de Transporte na Câmara Municipal, então a discussão foi bem ampla, surgiram diversas propostas por parte dos operadores e nós estamos

aguardando porque não entendemos ainda o que a pasta está pensando para o transporte escolar gratuito, no próximo ano, a partir do próximo ano, melhor dizendo. Se o senhor poderia trazer essas informações. Por ora é isso, muito obrigado, a todos.

O SR. JAIR TATTO – Presidente, quero agradecer ao Vereador Senival, porque eu esqueci, pelo tempo, essa instrução normativa que terceirizou a merenda para mim ela é uma tragédia. A Comissão de Educação está discutindo isso: a questão dos produtos orgânicos. Nós temos uma lei municipal, é só um complemento viu, Presidente, à pergunta bem colocada pelo Vereador Senival Moura, nós temos uma lei municipal que até 2026 toda a merenda tem que ser com produtos orgânicos. Então é um retrocesso porque a diretora da creche vai na quitanda do Bairro e lá o produto não é orgânico por que o comerciante, até porque mais caro, então bem colocada a questão. Também sou contra instrução normativa criada que repassa 3,80 para cada entidade e isso é um retrocesso na própria lei que criamos.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Gostaria de fazer duas perguntas rapidamente até porque, depois de ouvir todos que falaram, me senti contemplado em várias colocações, mas Secretário eu queria abordar a importância do equipamento CEU, essas construções que estão atrasadas, o seu término e a importância da estrutura funcionar em *locus* de maneira adequada. Que isso se torna, de fato, uma prioridade, porque já vamos para três anos de Governo e estamos vendo obras inacabadas com a perspectiva de terminar sendo que um CEU se constrói em dois anos. E, se tivesse vontade política de se fazer, já teriam sido entregues todos que ainda estão em construção.

Pior do que não ter um CEU, o professor falou muito bem da dificuldade do Elisa Maria, os lugares em que tem o CEU, mas a sua manutenção, o seu serviço prestado à população não é adequado. Vou citar o caso do CEU Azul da Cor do Mar, que hoje tem um problema sério lá, com a questão da piscina, sempre existiu projetos de hidroginástica da terceira idade, natação para os moradores do entorno, outras atividades e a piscina se encontra em manutenção há mais de um ano. Nosso mandato cobrou e depois chegou uma

bomba, parece que a bomba estava quebrada, e a bomba que chegou, segundo informações, é uma bomba que não é apropriada para aquela unidade, ou seja, foi a bomba errada que foi comprada.

Imagina o sofrimento da população, então o CEU que foi pensado e criado em bairros extremamente carentes e que sofrem o abandono do poder público muitas vezes, é um equipamento que não pode falar de maneira alguma. Falhar o CEU na ponta dentro daquela comunidade atinge diretamente, não só educação, mas esporte, convivência familiar, todos os segmentos. Então, eu peço que o senhor dê uma olhada no CEU Azul da Cor do Mar porque esse mandato já falou com a Secretaria, já falou com a DRE e esperamos, sinceramente, que se resolva rapidamente isso. Não só esse, como outros também que precisam terminar a sua construção para que possam ser entregues para a população que precisa tanto em relação a isso.

Em relação à vaga em creche já foi falado, eu declino da fala nesse sentido, agora em relação à Secretaria Municipal de Esportes, precisamos sim. O Secretário inclusive mandou um torpedo para mim dizendo que, por problemas médicos, não está presente, mas precisamos de mais recursos nessa pasta e que esses recursos que foram apontados aqui pelos municípios sejam esclarecidos, principalmente, da manutenção: para onde vai, de que forma podem ter acesso a isso. Como é que se define qual CDC vai ser contemplado com manutenção ou não? Porque todos que eu conheço ficam batendo na porta dos Vereadores pedindo pelo amor de deus ajuda para que se mande uma emenda parlamentar para lá para poder ter uma infraestrutura mais adequada, para poder atender a população local.

Qual é o critério que se define isso para que fique bem claro porque nossa parte aqui na Comissão de Finanças e Orçamento, enquanto Câmara Municipal, vai ser debater a partir das audiências públicas, também a partir do nosso plenário, e formar o melhor e possível orçamento, pensando na Cidade, compondo todos os determinados setores para que, de fato, privilegie a população.

Muito obrigado, agora passo a palavra para o Secretário Bruno Caetano para suas

considerações.

O SR. BRUNO CAETANO – Agradeço ao Vereador Alessandro, Presidente desta audiência. Agradeço também a paciência de todos de nos ouvir, até avançando o horário previsto. Quero, antes de mais nada, reforçar a transparência da Secretaria de Educação, aquilo que a gente eventualmente não conseguir responder aqui fico pessoalmente à disposição para fazer posteriormente as respostas. Vou aqui deixar meu *e-mail* para aqueles que não tiveram também a chance de fazer o uso da palavra, ou eventualmente tenham considerações adicionais àquelas que eu farei aqui. Podemos continuar essa conversa por via eletrônica, então meu e-mail eu mesmo que acesso e faço a resposta: bruno.caetano@sme.prefeitura.sp.gov.br. Aqueles que eventualmente não se sentirem contemplados com as respostas que eu procurarei dar, a partir de agora, podemos continuar essa conversa de maneira digital.

Começando pelas indagações feitas pelos Vereadores. Digo ao Vereador Alessandro Guedes, Presidente, que a gente na Secretaria tem priorizado no nosso orçamento a entrega dos 12 novos CEUs, trago aqui, em primeira mão, uma notícia da conclusão desses equipamentos. Devemos entregar dois desses equipamentos, especialmente, o CEU Carmo e CEU Vila Alpina no começo do próximo ano, provavelmente, em janeiro do próximo ano. E os outros dez CEUs ao longo do segundo semestre de 2020. Temos aí orçamento para isso, aliás antecipamos uma parte da execução orçamentária do ano seguinte, para o ano de 2019. Antecipamos o cronograma que mostra a indicação dessa municipalidade na prioridade da construção desses equipamentos. Lembrando que essa administração herdou esses 12 equipamentos da gestão anterior, muitos sequer tinham saído do papel, outros estavam com obras paralisadas. E a decisão do Prefeito Doria e do Prefeito Bruno Covas foi ir adiante, antes de iniciarmos a construção de qualquer outro equipamento, desse tipo do CEU era determinar os 12 herdados, porque entendemos que a pior obra, é a obra parada, de forma que a gente sai a demanda da cidade de São Paulo em várias áreas.

Falou-se do Elisa Maria, falou-se da Cidade Ademar, de outras áreas da Cidade

que demandam equipamentos desse tipo, mas temos recursos limitados. A prioridade foi de dar sequência àqueles cujas obras haviam sido iniciadas e estavam paralisadas.

Em relação à manutenção desses equipamentos, os 46 CEUs existentes de forma que a gente já designou recursos no ano de 2019 para isso. E trago também uma informação nova para o próximo ano vamos inserir a manutenção e a reforma desses equipamentos na nova PPP da Cohab, de forma que a gente consiga ampliar inclusive recursos destinados as PPPs, os 20% da contrapartida prevista na construção desses arquivamentos habitacionais.

Aqueles que estão referenciados nas Subprefeituras dentro do entorno dessas PPPs devem receber recursos para a manutenção permanente desses equipamentos. É algo inovador na Cidade, de forma que a gente deve ter, a partir do próximo ano, recursos garantidos para manutenção.

Uma resposta também ao Vereador Senival em relação às vagas em creches e em CEIs, lembrando que nós fechamos o ano de 2018 com a menor fila na história da cidade de São Paulo, 19 mil vagas, 19 mil pessoas, crianças ainda necessitando equipamento. Evidente que essa fila vai crescendo de maneira vegetativa ao longo do ano. Crianças vão nascendo basicamente hoje, quando a gente fala de fila em CEI a gente tem na verdade uma fila em berçário. Praticamente os mini grupos 1 e 2 já tem o seu atendimento universalizado em São Paulo. E temos hoje uma necessidade muito maior nos primeiros anos da primeira infância, de 0 a 1 ano e 11 meses. Temos nos esforçado na Secretaria de Educação para desenvolver novas políticas para que a gente consiga dar conta agora dessa demanda final, que é basicamente de crianças na fase de berçário, de 0 a 1 ano e 11 meses. Essa também será a gestão que mais abriu vagas em creches em São Paulo. Somando quase 85 mil vagas desde que a gestão se iniciou

Lembrando também, no que diz respeito ao TEG, ao Transporte Escolar Gratuito, a Secretaria de Educação tem participado de todas as audiências públicas realizadas aqui na Câmara Municipal. A última na semana passada, reforçando a importância de serviços para a população da cidade de São Paulo, indicando que para o próximo ano não devemos ter

alteração nessa política. Vamos manter e ampliar. A Vereadora Soninha trouxe números sobre a ampliação do transporte escolar, especialmente para pessoas com deficiência. Esse aumento se dá exatamente pelo aumento da demanda desse serviço e tanto isso é prioridade que se reflete no orçamento do próximo ano, com incremento de investimentos da Secretaria de Educação, na área de Transporte Escolar Gratuito.

Quero fazer algumas considerações também sobre o que disse a Vereadora Soninha, sobre o aumento do Programa Incluir e, me permite mencionar uma fala do Vereador Giannazi, que indicou uma maior necessidade de prioridade na política de inclusão da Secretaria Municipal de Educação. E a Vereadora Soninha nos indaga exatamente pelo aumento dos recursos para política de inclusão. Devemos ter um aumento no orçamento do próximo ano em ações de apoio à educação especial, um aumento importante.

Em 2019 tivemos o orçamento na casa de 76 milhões de reais, e para 2020 essa dotação foi majorada para a casa de quase 82 milhões de reais, basicamente para o aumento do número de estagiários e também do número de AVEs, que são os Agentes de Vida Escolar, que sabemos que fazem toda a diferença no dia a dia da escola – seja dentro da sala de aula, com os professores e estagiários; seja fora da sala de aula, mas dentro das áreas comuns da escola, com os Agentes de Vida Escolar.

Já mencionei aqui sobre a questão do transporte escolar para pessoas com deficiência. O aumento se dá exatamente pelo acréscimo da demanda: ela é calibrada conforme a necessidade do ano vigente, 2019, e, aí, se faz a projeção para o ano de 2020.

Em relação aos Fab Labs, o orçamento é da Secretaria de Inovação. Nós temos discutido com o Secretário Annenberg da Secretaria de Educação assumir, pelo menos, uma parte da expansão. Então, aqueles que hoje já existem, os Fab Labs nos CEUs, serão mantidos com dotações específicas da Secretaria de Inovação. Os novos, em uma expansão, tratamos com o Secretário da Secretaria de Educação compartilhar a sua manutenção. devemos ter definições nas próximas semanas, sobre esse assunto.

Em relação à CET em pinturas de faixa, instalação de lombadas, sinalização na

porta das escolas, esse é um orçamento da própria CET, da Secretaria de Transportes. Este ano, a CET acabou de autorizar intervenções em quase 400 escolas municipais, além de outros equipamentos de Educação da Secretaria Estadual. Para o ano que vem, devemos ter uma nova rodada de intervenções na porta dessas escolas com o orçamento da CET.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Começando ainda este ano, Secretário?

O SR. BRUNO CAETANO – Sim, agora, imediatamente. Algumas obras, inclusive algumas intervenções, já foram iniciadas. São precisamente 363 unidades escolares, este ano, que devem ser contempladas ainda com recursos da CET, com pintura de faixas, lombadas, e no próximo ano deveremos repetir esse número.

Em relação ao Planetário, essa é uma dotação que não está prevista na Secretaria Municipal de Educação. Sabemos que têm outras Secretarias que hoje têm a titularidade desse serviço.

Em relação à cobertura de quadras, temos uma dotação genérica dentro da Secretaria de Educação, que pode ser utilizada para essa finalidade, como fizemos no ano de 2019. Mas é evidente que toda emenda parlamentar é sempre bem-vinda, porque incrementamos o orçamento inicial previsto para a Secretaria de Educação.

Responder diretamente, agora, ao Vereador Tatto, que nos indaga, aqui, em relação à prioridade ao ensino de jovens e adultos. Digo que temos contemplado nos recursos da Secretaria de Educação a demanda, regularmente registrada em nossos sistemas, de modo que assumimos, aqui o compromisso de caso identifiquemos, ao longo de 2020, o incremento dessa demanda, possamos fazer uma recomposição desse orçamento, mediante os remanejamentos regularmente autorizados na própria lei orçamentária, nos termos da Lei 4.320, que rege os orçamentos públicos e na própria lei orçamentária que deve ser aprovada aqui com uma margem de remanejamento, para que contingências, ao longo do exercício financeiro, possam ser contempladas sem prejuízo de atendimento à população.

Dizer que o transporte escolar gratuito tem a sua execução de 2019 absolutamente em dia, consumindo os recursos necessários conforme a demanda.

Já mencionei aqui também questões relacionadas aos 12 CEUs. Devemos terminar os 12 CEUs no próximo exercício 2020, com os recursos já consignados no orçamento.

O Vereador Giannazi aponta para a questão do fechamento de salas no ensino regular e de jovens e adultos e aqui também o compromisso da Secretaria de Educação: onde houver demanda, não haverá fechamento de salas. Onde houver uma redução de demandas, teremos uma otimização de recursos para que essas salas sejam compostas dentro do número regulamentar determinado pelo Plano Municipal de Educação, mas com a otimização dos recursos da Secretaria para dar conta de todas as demandas. De forma que já recebi o Vereador em audiência na Secretaria Municipal de Educação e solicitei que sempre onde houver a demanda regularmente inscrita em nossos sistemas, porque trabalhamos com o sistema oficial e não com uma relação fora desse sistema. Então, precisa haver uma inscrição direta nos sistemas da Secretaria, garantiremos a existência dessas salas no número necessário para o atendimento dessa população.

O Vereador comentou também sobre a questão da inclusão. Eu tive a oportunidade aqui, ao responder à Vereadora Soninha, de mencionar o incremento do orçamento para 2020 nessa área, para a contratação de mais estagiários, auxiliares, o segundo professor na sala de aula para atender, de forma dedicada, os alunos com deficiência...

O SR. CELSO GIANNAZI – Estrutura também, Secretário?

O SR. BRUNO CAETANO – Sim, estrutura também. Dentro do orçamento previsto para manutenção e reforma, mais de 200 milhões de reais inscritos no orçamento de 2020, está contemplada, inclusive, a adaptação de diversas escolas com a colocação de rampas, eventualmente até elevadores onde isso se fizer necessário. Lembrando de que temos cumprido à risca a política municipal de acessibilidade, o desenho universal. Os novos equipamentos, todos, sem exceção, têm acessibilidade, como diz a lei. E agora temos uma tarefa bastante desafiadora que é fazer a adaptação das nossas escolas antigas. Sabemos que têm escolas com mais de 40 anos de sua construção e, há 40 anos, a política de inclusão estava engatinhando no País e ainda temos de dar conta de fazer investimentos nessas

escolas mais antigas e estamos fazendo.

Em relação ao tema da segurança nas escolas, estou de acordo com o Vereador. Sempre que pudermos utilizar os recursos da Municipalidade e os nossos servidores públicos disponíveis, assim faremos. E foi precisamente isso que aconteceu em 174 unidades escolares, que tinham a sua vigilância feita por empresas privadas, mediante, inclusive, a elaboração de contratos emergenciais. Sabemos que estes não são os contratos mais adequados. Precisamos sempre, na medida do possível, termos a licitação regular e não a contratação emergencial. A questão emergencial deve ser utilizada com parcimônia e mediante justificada finalidade. Identificamos, nessas 174 escolas, a possibilidade de a Guarda Civil Metropolitana assumir a vigilância desses equipamentos. Assinamos um termo de parceria com a Guarda Civil e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, de modo que nessas 174 escolas, o objeto da finalização dos contratos emergenciais com empresas privadas nessas escolas. Portanto, os guardas assumiram, no último dia 17 de outubro, a vigilância desses equipamentos.

Lançaremos, nos próximos dias, isso também já tem inscrição na peça orçamentária de 2020, o novo plano de segurança para as nossas escolas, em parceria com a Guarda Civil, com a instalação de câmeras de monitoramento em todas as escolas, respeitadas as formalidades e as questões indicadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que essas imagens sejam preservadas. Deverá aumentar bastante a segurança e a sensação de segurança nos equipamentos municipais.

Agora, vou passar a resposta aos nossos munícipes. Ah, perdão, Vereador Senival, me esqueci de mencionar...

O SR. JAIR TATTO – Em relação à Cidade Ademar, o senhor também não falou ainda a respeito.

O SR. BRUNO CAETANO – Disse, Vereador. Eu disse que antes de iniciarmos qualquer construção de novo equipamento, vamos finalizar os equipamentos que herdamos parados, em obras paradas.

Então, não havia disponibilidade orçamentária para 2020, para iniciarmos a construção de novos CEUs na cidade de São Paulo. A prioridade foi terminar finalmente aquelas obras que herdamos, paralisadas ainda, da gestão anterior.

No que diz respeito à portaria de transferência de recursos às creches ou CEIs parceiros, a secretaria, neste momento, estuda a revisão dessa portaria, para que, naquelas unidades, onde as entidades não mostrarem a maturidade necessária para que façam a gestão desse recurso, passem a receber os alimentos em espécie e em gênero, e não mais o recurso financeiro para a aquisição. A gente garante a execução da política pública municipal e da lei municipal de agricultura orgânica e familiar, de maneira mais direta e também garante que um bom alimento vai chegar à mesa das nossas crianças, porque, afinal de contas, é isso o que importa no final das contas.

Então, a secretaria, neste momento, estuda a revisão sim dessa política, lembrando que não há política correta, na nossa opinião, que trate, de maneira idêntica, situações diferentes. Há hoje entidades que prestam serviço nessa área, que são absolutamente maduras e que estão fazendo um bom uso desse recurso.

Eu começo todos os meus dias visitando uma unidade escolar. Faço isso desde que assumi. Tenho visto, *in loco*, na prática, essa política funcionando bem em algumas unidades. Em outras unidades, onde a gente tem um grau de maturidade menor, essa política não funciona tão bem. Então, uma política que eu imagino que seja adequada e calibrada para o entendimento das nossas crianças aquela que respeita e trate, de maneira desigual, os casos diferentes. Então, por isso que a gente estuda a revisão dessa política, de modo a garantir àqueles que não têm a maturidade para receber esse recurso, que passem de volta a receber os alimentos.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Sr. Secretário, só para não deixar passar esse ponto, quando as unidades recebiam, todas, não o dinheiro para adquirir os alimentos, mas os alimentos, onde eles eram adquiridos? Falo de frutas, legumes, verduras e ovos.

O SR. BRUNO CAETANO – Mediante licitação.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas eram de origem de produção orgânica?

O SR. BRUNO CAETANO – Sim, muitos sim. A gente tem, por exemplo, aquisição, de bananas que vinham do Vale do Ribeira.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Isso não vem mais?

O SR. BRUNO CAETANO – Parte sim, porque a gente continua fazendo compras para a nossa rede direta; e parte não, porque aqueles gêneros alimentícios, que antes a Prefeitura entregava diretamente para a rede parceira, acabaram sendo substituídos pelo recurso.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada.

O SR. BRUNO CAETANO – A gente tem acompanhado essas unidades. A gente tem visitas mensais dos nossos supervisores a essas unidades, visitas periódicas às nossas nutricionistas e o acompanhamento da implementação dessa política. Então, as unidades parceiras que não estão em linha com a política municipal são orientadas e depois advertidas.

Vou voltar aqui a minha fala inicial sobre esse tema. Não se pode usar a mesma regra para entidades que têm graus de maturidade diferente. Dessas minhas visitas, por exemplo, eu recebi muitos elogios a essa nova política, porque permitiu à entidade madura fazer a compra de alimentos orgânicos e em diversidade que a Prefeitura não estava acostumada a comprar, porque quando se compra de maneira centralizada, há uma variedade menor, imagina-se, de gêneros alimentícios do que quando se repasse o recurso para a entidade comprar. Por exemplo, ouvi de diretoras e coordenadoras pedagógicas dizerem: “Puxa vida, essa política é boa, porque agora as nossas crianças estão comendo mandioquinha e nunca tinham comido isso na rede municipal”. Isso se deu precisamente pelo repasse de recurso, porque a secretaria não fazia compra desse gênero. Agora quanto a outras entidades que têm um grau menor de maturidade, a gente deve rever essa política e entregar diretamente o gênero.

Vou aqui agora às respostas. O Sr. Fábio fez a intervenção em relação ao uniforme. Ele fez basicamente intervenções sobre a execução do orçamento de 2019 e não sobre o

orçamento da proposta orçamentária de 2020. Então, em relação ao uniforme, por que a execução de 2019 ainda é baixa? Porque exatamente a gente vive um momento de aquisição, de licitação em curso, com edital já na praça, com a política de preço já aberta. Devemos fazer a aquisição, nos próximos dias, com a finalização da licitação, para o exercício de 2020. Então, assim que a licitação for finalizada, a execução entra no seu padrão normal. Essa não é uma execução típica, que vai se executando mês a mês. Ele se faz com compras e se dá por conta da licitação. Então, finalizada a licitação, a execução deve chegar à casa dos 100% ou quase, porque devemos ter economia em relação ao orçado para 2019.

A mesma coisa ocorre em relação ao item conservação e manutenção. Nesse caso, tivemos uma dificuldade, neste ano, uma vez que o Tribunal de Contas do município suspendeu a ata de registro de preço de manutenção das escolas municipais. Estive com o Sr. Secretário de Obras, na semana passada, para tratar desse assunto. A notícia de S.Exa. é de que a ata foi liberada finalmente na última quarta-feira e devemos ter aí a licitação na modalidade pregão, sendo realizada nos próximos dias. É uma modalidade mais ágil de contratação, e a gente espera que essa ata esteja ativa até o final do ano, uma vez que a gente ainda tem recursos disponíveis no orçamento de 2019, para fazer a manutenção dessas escolas.

Ao lado disso, a secretaria também promoveu a adesão à ata da FDE, Fundação Estadual de Desenvolvimento do Ensino, para que, na ausência da ata municipal, a gente possa ter um instrumento mais ágil para reforma dessas escolas, ainda no ano de 2019.

Ele pergunta ainda sobre ações destinadas à aquisição de materiais pedagógicos. Acho que o número que ele trouxe aqui não está correto, de um orçado de 50 milhões de reais. Já foram empenhados mais de 42 milhões. Portanto, está absolutamente em linha com o mês de setembro - o dado que ele trouxe aqui fechava em fevereiro. Por que a dotação de Educação Infantil, recursos da FNDS está zerada neste ano? Exatamente porque não veio recurso do Governo Federal, nenhum tostão neste ano.

Quero aqui também responder ao Sr. Christian, do Sinesp. Ele falou aqui sobre a

questão da conferência do Plano Municipal de Educação. Assumimos o compromisso com o fórum e com todas as entidades que organizam a conferência, de realizá-la, no ano que vem, com os recursos necessários para isso. Já há uma dotação de 800 mil reais indicada, no orçamento do próximo ano, e, se houver necessidade de mais recursos, a gente pode promover o aditamento, para que não haja nenhum tipo de prejuízo em relação à organização dessas conferências. A gente sabe que são importantes tanto as regionais, como principalmente a conferência municipal.

O Programa Bolsa Mestrado também está no nosso radar. Dentro da dotação de formação, a gente prevê a retomada da bolsa mestrado. Estamos em fase de credenciar as instituições de Ensino Superior que oferecem esse tipo de formação para os nossos professores. No passado, apenas uma instituição se credenciou. A gente espera ter adesão de outras instituições, para que a gente possa ampliar inclusive esse tipo de auxílio para os nossos professores.

Em relação ao PTRF, ele menciona uma necessidade de recursos. A gente tem acompanhado a importância desse instrumento. Quando há problemas nas execuções centrais de reforma, como ata de registro de preço, lembro que, neste ano, a gente teve uma parcela adicional, extra, que as escolas não tinham previsão de receber e receberam, no começo do ano, e a gente deve repetir esse PTRF extra para as escolas, no início do ano que vem, para que a gente possa receber os alunos com unidades escolares em melhores condições.

Em relação à pergunta da Sra. Aline, professora, ela faz sobre a questão dos CEUs. Já mencionei aqui que os doze serão entregues, a partir do ano que vem, no primeiro semestre, o Carmo e o Vila Alpina, precisamente no começo do ano, e os outros dez ao longo do segundo semestre.

Há uma novidade em relação às Olimpíadas. Tivemos uma boa conversa com a fundação que venceu o processo de concorrência, para a realização desse certame. A gente sabe da importância e a prioridade da rede municipal a esse evento. Como Secretário Municipal de Educação, eu também tenho que ter zelo em relação aos recursos públicos.

Houve um aumento de dotação absolutamente, na nossa visão, descabido. As Olimpíadas do ano passado foram realizadas com certo montante e foram orçadas em quase um milhão de reais a mais para este ano, sem a justificativa adequada para esse incremento de preço.

Quando há uma licitação, uma concorrência onde só uma empresa, só uma fundação aparece, isso nos obriga a acender o sinal amarelo e chamar essa fundação, para abrir planilha de custos e foi o que fizemos desde que assumimos.

Na semana passada, a gente chegou a um bom termo. Vamos realizar as Olimpíadas pelo mesmo valor orçado no ano de 2018. Portanto, não vai haver um aumento de custos, e aí também há um compromisso da Secretaria Municipal de Educação, que, quanto à diferença desse valor para o valor orçado, nós vamos adquirir equipamentos permanentes de esporte, para equipar as nossas escolas.

Então, vamos garantir a realização do evento e a diferença dessa economia vai ser usada na aquisição de material esportivo e equipamentos para nossas escolas.

Quero aqui responder ao Sr. Ricardo, do conselho gestor do CEU Paulistano. A gente tem acompanhado as necessidades de manutenção tanto do CEU Paulistano como do CEU Paz. As duas piscinas agora passam por intervenção nossa, para que elas estejam aptas para o uso agora no verão, tanto do CEU paulistano e principalmente no CEU Paz. No CEU Paz, estive lá na semana retrasada. Identificamos problemas, no anfiteatro, e a gente autorizou já também a recuperação do anfiteatro, para que a comunidade possa utilizá-lo; e vamos entrar agora num processo de manutenção mais permanente, valendo-se das PPPs da Cohab, colocando as manutenções desses equipamentos dentro da contrapartida.

O Sr. José Félix mencionou a necessidade de a gente ter uma política mais efetiva de manutenção dos nossos equipamentos. Eu concordo absolutamente com ele. Mencionei aqui a estratégia da manutenção dos 46 CEUs com as PPPs, e separamos, no orçamento do próximo ano, 203 milhões de reais, para fazer a manutenção das nossas escolas.

A Vereadora Claudete menciona a questão da conferência. Já pude, de maneira antecipada, responder. O nosso compromisso é de realizá-la, inclusive com suplementação de

recursos, caso isso se faça necessário. Menciono uma nova dotação, da chamada bolsa primeira infância. Isso se refere basicamente a uma intenção da Prefeitura de São Paulo. Isso ainda não foi ainda objeto de um projeto de lei, que deve ser encaminhado oportunamente aqui para esta Casa, da aquisição de bens para crianças que ainda encontram vagas na rede municipal. Não se trata, nessa dotação, de compra de serviço ou de vaga, mas sim de a gente oferecer a essas crianças, que ainda não encontram ainda respaldo na nossa rede, seja direta, indireta ou parceira, acesso, por exemplo, a gêneros importantes, na primeira infância, como leite. É compromisso de esta gestão entregar o leite para as crianças que ainda não encontram vagas em creches. Há também a questão de alimentação e vestuário.

Quero comentar aqui a demanda do Professor Ricardo, em relação ao CEU Elisa Maria, nós sabemos, assim como na Cidade Ademar, outras áreas da Cidade, como lá no Jardim Elisa Maria, a necessidade de equipamento. Infelizmente não foi possível contemplar a abertura ou o início da construção de novos equipamentos ainda no orçamento 2020, mas com a entrega dos 12 CEUs, no ano que vem, abre-se espaço no orçamento da Secretaria Municipal de Educação para novos investimentos a partir de 2021.

Comentar aqui a fala do Professor Ricardo. Fala da importância das hortas nas escolas. Tenho acompanhado pessoalmente esse projeto e queremos ampliá-lo, assim como o fomento à Educação Ambiental.

Mencionar aqui a fala da Professora Carolina Borges, do Projeto Ocupa Mãe, tive a oportunidade de recebê-la diversas vezes na Secretaria. Ela fala da questão do plano municipal e da quantidade de alunos por professor no Ensino Infantil, especialmente nas EMEIs. Quero dizer que trabalhamos para reduzir sim essa relação professor/aluno nas nossas EMEIs, em linha com o plano municipal de Educação, mas quero aqui trazer um pouco do resultado desse esforço.

A Secretaria Municipal de Educação nesta gestão conseguiu dar conta da universalização do Ensino de quatro a seis anos. Está hoje universalizado na cidade de São Paulo, sem que houvesse um aumento dessa relação. E essa é uma tarefa difícil, porque

normalmente o gestor tem uma tentação de universalizar a demanda aumentando a relação professor/aluno. E no caso do Ensino Infantil nas EMEIs isso não aconteceu. Conseguimos universalizar, o que é uma grande prioridade, colocar todos os alunos na sala de aula sem que houvesse o aumento dessa relação. Estabilizada essa questão da inclusão desses alunos, da universalização como mencionei aqui, o número de professor/aluno deve cair nos próximos anos. Assim esperamos e vamos trabalhar bastante para isso.

Maria Aparecida Nery, do Sindicato menciona a questão da jornada de trabalho da Rede conveniada, também a recebi em audiência na Secretaria na semana retrasada. Sabemos de que esse é um assunto prioritário e queremos dar todo o apoio para que isso venha a acontecer e possivelmente um projeto piloto possa ser implementado a partir do ano que vem, para que possamos desenhar melhor essa política pública. Ela mesma antecipou no seu questionamento que essa não é uma política que vamos ter êxito à vista, mas a prazo. Dado o tamanho da rede parceira não vamos conseguir fazer esse trabalho de maneira imediata num único exercício financeiro, mas é muito importante sinalizar e começar. E queremos trabalhar junto com vocês nesse tema.

Imagino ter respondido os principais questionamentos e como mencionei fico à disposição para continuarmos esse papo pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Bruno Caetano. Próximo, Sr. Décio Matos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Esportes.

O SR. DÉCIO MATOS – Muito obrigado por todas as intervenções, mais uma vez gostaria de justificar a ausência do Secretário Carlos Bezerra, por causa de uma questão médica.

Gostaria de começar colocando também à disposição a Secretaria, o meu *e-mail* e o *e-mail* do Secretário. Meu *e-mail* é deciomatos@prefeitura.sp.gov.br e o *e-mail* do Secretário carlosbezerrajr@prefeitura.sp.gov.br. Qualquer questão que porventura não conseguirmos esclarecer aqui ou que porventura não tenha condição de detalhar por causa, inclusive, do nível de informação requerida aqui pelos questionamentos, comprometo-me a trazer as

informações ou, inclusive, recebê-los na própria Secretaria para uma reunião e, enfim, trazer os esclarecimentos posteriores.

Gostaria de começar com o questionamento sobre a redução orçamentária 2019/2020. Essa peça traz na verdade essa desoneração, um reflexo da própria desoneração da Secretaria por causa de alguns elementos como a inclusão não prevista na própria peça orçamentária, de recursos privados. Inicialmente no montante de 25.5 milhões de reais que serão utilizados na revitalização dos clubes, parte do programa de metas e também da própria desoneração por causa da concessão do Complexo do Pacaembu, entre outras medidas.

Uma questão importante do Vereador Senival e também acho que é fruto de muitos questionamentos, a questão do desporto comunitário CDCs. Em quais regiões e quais os critérios que esses equipamentos são utilizados. Gostaria de fazer algumas ponderações porque muitos dos questionamentos aqui se referem a esses equipamentos.

A ampliação, reforma e requalificação desses equipamentos, por critério da Secretaria, vão acontecer em regiões obviamente com maior vulnerabilidade e com menor oferta de equipamentos da Administração Direta. Ou seja, as áreas com menor oferta de equipamentos de esporte e de lazer.

Um aspecto importante dos CDCs e que tem impacto e creio, todo mundo que está aqui presente hoje, que gerencia ou que acompanha CDCs, tem conhecimento são as competências atribuídas à gestão dos próprios CDCs. As tarefas de manutenção dos equipamentos indiretos constam da lista de atribuições das organizações gestoras dos equipamentos.

Então isso cria de certa maneira uma questão que o Executivo vai trabalhar de uma forma a resolver, inclusive, é uma questão em que contamos com o apoio do Legislativo para criar uma forma conjunta de melhor trabalhar as intervenções. Por exemplo, na forma de como gerir essas manutenções, essas pequenas obras, pequenas intervenções que são sempre objeto de novos requerimentos ou até de pequenas emendas parlamentares.

Apenas a título de informação queria colocar o decreto relacionado ao CDC,

decreto 57.1260, de 26 de agosto de 2016, para quem precisar consultá-lo, que institui a responsabilidade das organizações na manutenção desses equipamentos. Então a Seme também atua como parceira na gestão e, claro, na fiscalização desses espaços.

Quero fazer algumas ponderações pontuais em relação a outra questão importante que vale um esclarecimento adicional. E me comprometo a enviar posteriormente um detalhamento, a relação sobre o detalhamento orçamentário do que foi apresentado dos 64 milhões aplicados à manutenção dos equipamentos diretos. Esses contratos se referem especificamente à questão de vigilância, limpeza, monitoramento, tratamento aquático, controle de acesso, jardinagem, serviços de poda, roçagem e mais uma dezena de outros contratos. Então esses montantes relacionados na verdade se detalham em cima desses diversos contratos que hoje são responsáveis por quase 47 dos nossos equipamentos. Alguns deles - para quem não conhece os equipamentos da Secretaria de Esportes -, com quase 240 mil metros quadrados, por exemplo, o CERET, na zona Leste.

Algumas questões pontuais. Também gostaria de colocar à disposição, para não estender muito as minhas respostas e como algumas questões são bastante pontuais, vou permanecer ao final da reunião, quem tiver alguma questão pontual, vou ficar aqui e a gente pode discutir pontualmente, por isso estou tentando agregar para não tomar o tempo, também, de quem, por ventura, não quiser acompanhar o restante dos encaminhamentos.

Sobre a questão do Rua da Gente, que a Carolina trouxe, eu queria falar que isso já está sendo objeto: as questões de como trazer os processos de trazer, na verdade, o que ela apresentou para a gente que é uma maior conversa e um maior alinhamento com as políticas orientadas da Secretaria, as atividades ofertadas pelo programa Rua da Gente, que é um programa de metas da Secretaria. Isso já está tendo um maior diálogo com as atividades continuadas que a Secretaria de Esportes está oferecendo. Então, a própria comissão de monitoramento e avaliação do programa está abrindo um diálogo com esses espaços, com os organizadores do projeto, para tentar aproximar as modalidades ofertadas dos equipamentos de forma que as atividades realizadas durante essas atividades possam ser reproduzidas,

depois, nos nossos clubes.

Alguns apontamentos, também, apresentados pelos Sr. Siqueira sobre algumas das obras que ele acabou relacionando, comentando algumas das obras, creio que estava se referindo a algumas executadas com recursos do Fundo Municipal de 2018, que estavam previstas no programa de metas apresentados no plano de 2017-2020.

Na verdade, a manifestação acabou sendo um pouquinho rápida, e estou fazendo uma releitura, uma interpretação do PPA.

Dessas obras, houve uma repactuação no plano de 2017-2020 e 2019-2020, dessa repactuação nós temos hoje 33 obras previstas no plano de metas, algumas das obras e dos clubes, os quais o senhor se referendou, inclusive, o Juscelino Kubistchek foi entregue neste final de semana, sábado, entregue completamente revitalizado. Prioritariamente, as intervenções começaram pela própria zona Leste, José Maria Whitaker, em São Mateus e o Clube Juscelino Kubitschek foram as duas primeiras, e a gente tem uma previsão de entrega a partir dessas próximas semanas de até 14 clubes até o final de dezembro.

Depois, eu me comprometo, também, a encaminhar, se possível, a continuidade dessas questões, tem também uma questão: a discussão que envolve as representações do Aurélio de Campos, Freguesia do Ó, Brasilândia, que eu acho que são importantes. Nós temos um território CEU com Cefor, então, a nossa estratégia de política esportiva está alinhada ao território CEU vinculada àquela questão. Então, o nosso prazo de revitalização para a política esportiva está vinculada ao CEU. Nós estamos construindo uma nova proposta para aquele espaço em conjunto com a Secretaria de Educação. A gente pretende, também, o nosso prazo de entrega de revitalização está previsto para junho de 2020, junto com a primeira previsão apresentada pelo CEU. Nós estamos em contato com aquela região e, também, com os outros clubes da região para trabalhar uma política esportiva mais adequada às demandas que são oferecidas ali pelo espaço.

Em relação ao CDCs desativados, aos demais equipamentos pontuais e às emendas parlamentares, como a Vereadora Soninha citou, eu acredito que nós temos casos

muito específicos, muitos deles valem muito a pena discutir em especial as emendas municipais, porque envolvem as questões mais interessantes a esta Casa. Há uma questão muito mais relacionada à regularidade desses espaços; não necessariamente a operacionalização de um processo licitatório, que já é bastante consolidado e um processo, na sua grande maioria, simples de ser executado, mas a própria regularidade desses espaços, muitas vezes os CDCs, por conta de uma dificuldade documental – na minha opinião, a documentação de regularidade de um CDC é muito simples, mas para a organização muitas vezes há um conflito ou alguma dificuldade em se manter atualizada, o que acaba dificultando o processo e, por falta de informação, muitas vezes, acaba tendo uma demora ou uma dificuldade de autorização de um processo, o que acaba ensejando casos como, provavelmente, alguns que foram apontados aqui.

Eu acredito que a proposta mais adequada para essas situações seja um estudo mais aprofundado para essas situações. Já estamos analisando isso com as diretorias técnicas no sentido de avaliar qual a perspectiva de uma revisão normativa desses processos para facilitar o acompanhamento por parte, inclusive, dos Vereadores e, também, por parte dos gestores dos equipamentos para que eles possam monitorar esses processos, e a segunda etapa que a gente está propondo a partir da segunda quinzena desse mês é uma capacitação dos gestores dos CDCs no sentido de manter toda a documentação mais atualizada possível, para que, em caso de uma determinada emenda parlamentar, um recurso ou de alguma forma eles consigam se viabilizar, eles tenham a sua contabilidade em dia, a sua ata de diretoria em dia, porque, em tese, são os grandes impedimentos que eles têm, os grandes empecilhos que demandam a fluidez dos processos relacionados aos CDCs da cidade.

Só um esclarecimento: eles são por volta de 256 atualizados hoje na cidade de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DÉCIO MATOS – Então, na verdade, eu desconheço essa informação. Vou terminar a reunião e vou deixar o meu celular com você. Você pode passar para o meu *e-mail*.

Eu acredito que há alguma incoerência na informação, até porque isso não seria um processo licitatório. Então, vou pedir que encaminhe essa informação para a gente.

Eu acredito que sim, porque não faz sentido um processo licitatório é um instrumento diferente. Então, eu vou pegar o equipamento, pegar a informação; a gente vai levantar e vou esclarecer exatamente para você. Se você entrar em contato, você pode me passar já, e, até o final da tarde, eu me comprometo a passar a informação exata para você.

A SRA. SONINHA FRANCINE – E copiando a gente também.

O SR. DÉCIO MATOS – Por favor.

O que eu tinha de grande mota para falar; seria, mais ou menos, sobre isso. Vou permanecer até o final e, se alguém tiver alguma questão pontual ou alguma dúvida mais complexa que eu possa esclarecer, vou permanecer à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agradecer, mais uma vez, ao Secretário Bruno Caetano; aos Srs. Décio Matos e Fabiano Martins, a todo o público presente; aos Vereadores Senival Moura, Celso Giannazi, Jair Tatto, Soninha Francine, Eliseu Gabriel e a todos que participaram desta audiência pública.

Iremos encerrar esta audiência, porque, às 14h30, retornaremos para a segunda audiência pública temática, cujo tema será Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado.